

UNIVERSIDADE NACIONAL DE LA PLATA - UNLP
FACULDADE DE HUMANIDADES E CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO - FaHCE
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

GISLENE LUCIA BARZOTTO

GÊNERO E SEXUALIDADE:
OLHAR DOS PROFESSORES EM UM PERÍODO DE
MUDANÇA DE PARADIGMAS

LA PLATA
2022

GISLENE LUCIA BARZOTTO

**GÊNERO E SEXUALIDADE:
OLHAR DOS PROFESSORES EM UM PERÍODO DE
MUDANÇA DE PARADIGMAS**

Tese apresentada ao curso de Ciências da Educação na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Educação;

Orientadora: Dra. Alicia Inés Villa

LA PLATA

2022

*De maneira especial dedico este
trabalho à Carmem Woichikowski.*

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre necessários, mostram-nos o quão estamos atrelados, em nossas mentes e em nossos corações, àqueles que nos fizeram chegar onde estamos, e que são integrantes permanentes do nosso íntimo.

Ao terminar esta importante etapa da minha vida, agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida, pela espiritualidade benfeitora.

Agradeço ao meu pai Lirio João Barzotto (*in memoriam*) e minha mãe Adelaide Olga Barzotto, por terem me dado à luz da vida.

Agradeço a orientadora, Doutora Alicia Inés Villa, pelo acolhimento e pela dedicação profissional, pelo incansável acompanhamento, apoio e incentivo nos trajetos deste estudo.

A todos agradeço e reconheço a importância que cada um teve nesta minha etapa.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

Esta pesquisa investiga analisar de maneira qualitativa com análise de discurso o posicionamento dos professores do ensino médio no Brasil, sobre questões de gênero e sexualidade, considerando tanto os conteúdos das aulas como as práticas de sociabilidade no espaço escolar, especificamente nas disciplinas de Biologia e de Educação Física nas escolas brasileiras. A escola possui papel fundamental na construção dos indivíduos, tanto as identidades sexuais quanto as de gênero, é um espaço onde acontece o afloramento e desenvolvimento dos temas relacionados à sexualidade e gênero. A busca pela formação integral do ser humano proporciona uma articulação crítica de informações e saberes que permite a fundamentação de um novo saber e favoreça a emancipação do homem ou da mulher, além de promover uma sociedade dita inclusiva, propicia o surgimento de propostas de reformulação do sistema educacional, a fim de adequá-lo às demandas escolares. Pretende-se aprofundar esta questão, buscando-se contribuir com reflexões pertinentes em relação às práticas educativas e metodológicas referentes à formação de uma educação livre de atitudes e pensamentos preconceituosos, ao passo que a escola é corresponsável pela compreensão das relações de gênero e sexualidade na sociedade. Esta pesquisa envolve professores das disciplinas de Biologia e Educação Física de duas escolas com características pedagógicas diferentes: Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas – Ensino Fundamental e Médio e a Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul-PR e Barracão-PR.

Palavras-chave: espaço democrático, formação integral, gênero, sexualidade.

ABSTRAT

This research investigates to analyze in a quantitative way with discourse analysis the positions assumed by teachers of secondary education in Brazil, on issues of gender and sexuality, considering both the contents of the classes and the practices of sociability in the school space, specifically studying the disciplines of Biology and Physical Education in two Brazilian schools. The school has a fundamental role in the construction of individuals, both sexual and gender identities, is a space where the emergence and development of themes related to sexuality and gender. The search for the integral formation of the human being provides a critical articulation of information and knowledge that allows the foundation of a new knowledge and favors the emancipation of the man or the woman, besides promoting an inclusive society, propitiates the appearance of proposals of reformulation of the educational system in order to adapt it to school demands. The intention is to deepen this question, seeking to contribute with pertinent reflections regarding educational and methodological practices regarding the formation of an education free of prejudiced attitudes and thoughts, while the school is co-responsible for the understanding of gender relations and sexuality in society. This research involves teachers from the Biology and Physical Education disciplines of two schools with different pedagogical characteristics: State College Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas - Elementary and High School and the Rural Family House of Bom Jesus do Sul-PR.

Keywords: democratic space, gender, integral formation, sexuality.

LISTA DE SIGLAS

ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares Rurais

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CFR – Casa Familiar Rural

CNE – CEB – Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica

CP / CEE – Código Penal - Conselho Estadual de Educação

CNMC – Comissão Nacional de Moral e Civismo

CONACAFARB – Confederação Nacional das Casas Familiares Rurais

DCNS – Diretrizes Curriculares Nacionais

DCES – Diretrizes Curriculares Estaduais

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana

GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM – Parâmetros Curriculares do Ensino Médio

PCN + - Parâmetros Curriculares Nacionais mais o Ensino Médio

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PPC – Proposta Pedagógica Curricular

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	13
1. BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E DA EDUCAÇÃO SEXUAL	13
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	16
1.1.1 Período Colonial	17
1.2 OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE NO BRASIL.....	18
CAPÍTULO II.....	26
2. IDENTIDADE DE GÊNERO.....	26
2.1 GÊNERO NA CONCEPÇÃO DE HOMEM E MULHER.....	26
2.2 PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO.....	28
2.3 CONCEITO DE SEXUALIDADE	29
2.3.1 Breve Marco Teórico Sobre a Sexualidade.....	29
2.4 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA A REFLEXÃO	32
2.5 DIFERENÇA ENTRE EDUCACAO SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	35
2.5.1 Educação Sexual	35
2.5.2 Orientação Sexual	36
CAPÍTULO III	39
3. DOCUMENTOS NORTEADORES	39
3.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS)	39
3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)	42
3.3 AS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS (DCE)	43

3.4 LEGISLAÇÃO.....	44
3.5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORTEADORES.....	47
CAPÍTULO IV	49
4. DISCIPLINAS CURRICULARES ENVOLVIDAS NA PESQUISA.....	49
4.1 EDUCAÇÃO FÍSICA	49
4.2 BIOLOGIA.....	52
CAPÍTULO V	56
5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E BIOLOGIA DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NESTA PESQUISA	56
5.1 PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	59
5.1.1 Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira De Freitas – Ensino Fundamental e Médio	60
5.1.2 Casa Familiar Rural de Bom Jesus Do Sul/PR e Barracão/PR	61
5.2 PERGUNTAS REALIZADAS NAS ENTREVISTAS.....	64
5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	64
5.4 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES NAS DUAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NA PESQUISA, DURANTE OS INTERVALOS, RECREIOS E NA SALA DE AULA.	81
5.4.1 Observação nos Recreios	81
5.4.2 Observação nas Salas de Aulas.....	84
6. CONCLUSÃO.....	87
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Partindo do questionamento de como os professores estão lidando com a questão de gênero e de sexualidade no ensino médio, levando em consideração, tanto o discurso pedagógico quanto a prática de sociabilidade vinculada na aula, encaminham-se ao interesse nesta pesquisa.

Tendo como objetivo de investigação analisar o posicionamento dos professores do ensino médio no Brasil, sobre questões de gênero e sexualidade, considerando tanto os conteúdos das aulas como as práticas de sociabilidade no espaço escolar, especificamente nas disciplinas de Biologia e de Educação Física nas escolas brasileiras.

Este estudo tem como base a realização de entrevistas com os professores de Biologia e de Educação Física em duas escolas com características pedagógicas diferentes: no Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas – Ensino Fundamental e Médio em Barracão/PR e na Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR.

Para melhor compreensão, se faz necessário estudar a “Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional” e os “Parâmetros Curriculares Nacionais referentes aos Temas Transversais”; considerando as “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de Biologia” e de “Educação Física” nas escolas de ensino médio, enfatizando o meio social e a proposta pedagógica do colégio público da cidade de Barracão-PR (Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas) e da escola rural da cidade de Bom Jesus do Sul-PR (Casa Familiar Rural).

Utilizamos a pesquisa e as entrevistas realizadas com os professores, como também a observação, permitindo assim a análise das práticas pedagógicas que os professores de Biologia e Educação Física utilizam em sala de aula nas escolas de ensino médio, considerando tanto os conteúdos desenvolvidos em sala de aula como as observações no espaço de sociabilidade escolar referente a sexualidade e gênero.

Para assim podermos constatar os resultados das entrevistas realizadas como também as observações feitas quanto aos conteúdos desenvolvidos e a sociabilidade nas disciplinas pesquisadas, nas duas escolas envolvidas neste estudo. Analisar como os professores desenvolvem os conteúdos, se enfatizam ou não os preconceitos sobre sexualidade e gênero. Com isso identificando como se posiciona a escola frente a masculinidade e a feminidade apresentados pelos membros da comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Salientando que as relações de gênero e sexualidade foram construídas por meio de ideias e valores sociais e culturais que indicavam o que era e ainda é apropriado aos homens e mulheres.

Desde o final dos anos de 1970 as pesquisas e produções vem afirmando a impossibilidade de ignorar este assunto, assim as questões de gênero encontram-se diretamente relacionada à forma como as pessoas concebem os diferentes papéis sociais e comportamentais relacionados aos homens e mulheres, instituindo padrões determinados do que é próprio para o feminino e para o masculino de forma a reproduzir normas como se fosse uma conduta natural do ser humano, determinando comportamentos e modos únicos de se viver sua natureza sexual.

Isso significa que as questões de gênero possuem ligação direta com a disposição social de valores, desejos e comportamentos no que tange a sexualidade, pois a história dos relacionamentos entre homens e mulheres é um percurso repleto de questões instigantes.

A escola tem um papel fundamental na desmitificação destas diferenças, além de ser importante na construção de valores e atitudes que permitam um olhar crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminação.

Na escola, a direção, pedagogos, professores e funcionários possuem um papel essencial na formação dos indivíduos, tanto em relação as identidades sexuais como de gênero, pelo fato de ser um espaço onde acontece o despertar dos temas relacionados a sexualidade e gênero na perspectiva educativa e formativa.

Nesta compreensão, pretende-se com este estudo, aprofundar a questão, buscando contribuir com ponderações pertinentes em relação às práticas educativas e metodológicas referentes à formação de uma educação livre de atitudes e pensamentos preconceituosos.

As escolas não são neutras nas atitudes e no desenvolvimento das atividades contidas em seu currículo escolar em relação a masculinidade e feminidade; a escola reproduz o que acontece nos grupos e na sociedade, afirma Louro (1997), quando destaca que a escola se transforma historicamente em um espaço social com representação de gênero.

A família é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atua como mediadora dos padrões, modelos e influências culturais juntamente com a escola, compartilham funções sociais, políticas e educacionais que contribuem na formação do cidadão. Foram selecionadas duas escolas com caracterização diferenciada para a pesquisa, uma com localização urbana e outra rural, onde os valores sociais e culturais são vivenciados e

transmitidos de maneira diferente. Ressaltando que a escola rural tem a aprendizagem com foco na Pedagogia da Alternância como modalidade de ensino.

Sendo assim, investigamos como acontece as relações de gênero na prática educativa. Para tanto, pesquisas bibliográficas foram feitas juntamente com entrevistas e observações no intuito de melhor compreender o objeto de estudo para conhecermos os vários pontos de vista dos diferentes autores mencionados, que retratam o assunto aqui proposto.

No primeiro capítulo apresentamos uma breve introdução à história da sexualidade e da educação sexual, evidenciando os primeiros estudos sobre a sexualidade. Analisando a história da educação sexual no Brasil com ênfase no período colonial e nos primeiros estudos sobre a sexualidade no país.

No segundo capítulo destacamos a identidade de gênero e o papel da escola na construção desta identidade. Apresentando um breve marco teórico sobre a sexualidade mencionando a escola como um espaço de reflexão, para melhor compreensão dos conceitos sobre sexualidade, educação sexual e orientação sexual.

No terceiro capítulo pesquisamos os documentos norteadores para melhor entendimento do tema gênero e sexualidade com ênfase na legislação que ampara os estudos nas escolas, fazendo uma análise deste contexto.

No quarto capítulo estudamos as disciplinas curriculares envolvidas nesta pesquisa, sendo elas a Biologia e a Educação Física.

No quinto capítulo descrevemos sobre as pesquisas realizadas através das entrevistas com os professores das áreas envolvidas, sobre a observação efetuada no espaço escolar e também na sala de aula.

CAPÍTULO I

1. BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A sexualidade sempre se fez presente na vida do ser humano. Torna-se necessário entender como os padrões e normas sexuais foram se modificando durante a história, buscando relacionar-se com os acontecimentos sociais, econômicos, políticos e as ideologias de cada época para compreender a história da sexualidade, desde a antiguidade em todo o mundo ocidental, e contextualizar os nossos padrões morais, sexuais e culturais, observando como se formaram os padrões sexuais, os tabus, os preconceitos, as normas e repressões que fizeram da sexualidade um mistério.

Segundo Nunes (1997, p. 34), no período Paleolítico, 30 a 10 mil a.C., os homens eram nômades e viviam em bandos, caçavam e pescavam, enquanto isso, as mulheres tinham o poder, pois ficavam com os encargos administrativos, científicos e sociais. Viviam numa sociedade coletiva, sem desigualdades sociais. Para esse autor, durante milhares de anos a humanidade viveu sob a organização e poder das mulheres.

Por volta de 9.000 a.C., iniciam-se as atividades agrícolas e a domesticação de animais, surgindo as primeiras aldeias, e com isso, as propriedades privadas, os escravos e a divisão social do trabalho. A cultura torna-se machista destruindo o matriarcalismo.

Para Nunes (1987, p. 36), os homens controlam o poder real, os exércitos e as formas de defesa, luta e guerra, e o poder ideológico, incluída a religião, assumindo as funções religiosas, mágicas e sacerdotais, sendo evidente a submissão da mulher e sua semiescravidão cultural.

Por volta de 8.000 a. C., surge o Patriarcalismo. Se baseia fundamentalmente na exploração do homem sobre a mulher, tendo a sexualidade deste estimulada e reforçada, enquanto as mulheres obedeciam ao marido, com a sexualidade reprimida. (BRUSCHINI, 1993).

No período medieval, a Igreja Católica passa a ter influência nos diversos setores, como na economia, organização escolástica, arte, educação, e principalmente nos comportamentos e práticas sexuais.

Segundo Nunes (1987), a Bíblia tem etapa de compilação a partir de 2000 a. C. O Antigo Testamento admite a poligamia e o divórcio, os homens possuem privilégio de poder rejeitar

suas mulheres. Já as mulheres não dispunham do direito do divórcio e eram apedrejadas se fossem flagradas em adultério. No Novo Testamento predomina a doutrina de São Paulo, que influenciou a doutrina cristã sobre a sexualidade, condena a homossexualidade, o adultério, a fornicação, a prostituição, pregando a indissolubilidade do casamento, o ideal de mulher é a de submissão.

Entre os séculos XI e XV, na alta Idade Média, se desenvolveu a visão aristotélica de homem, fundamentada em São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Em detrimento das imposições firmadas pela Igreja, tal período pode ser marcado pela ignorância e obscuridade em relação aos direitos da sexualidade.

Ribeiro (2005) afirma que nesse momento, o sexo só poderia acontecer dentro do casamento com único objetivo de procriação, e não poderia haver demonstração de paixão entre os cônjuges determinando os pecados contra o corpo: prostituição, adultério, homossexualidade, autoerotismo. Definem também os dias que se podiam ter relações sexuais. A culpa é instalada no imaginário popular; as crianças não têm sexo, pois aos olhos da Igreja são vistas como anjos, com a pureza e a inocência.

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, a naturalidade até então existente, foi sufocada pelos poderes e a dominação da Igreja Católica, e como adverte Foucault (1988), a sexualidade é confiscada pela família conjugal, com a função de reprodução, e só é legitimada através do matrimônio. O Cristianismo passa a ser uma ideologia universal e seus dogmas controlam a humanidade discursando que o sexo é pecado; a alma é valorizada e o corpo fica reduzido a algo sujo e inferior.

No século XVI surge o período Inquisitorial, onde a Igreja em crise lança artifícios para se manter no poder. Este período é perverso e opressor na história da humanidade, principalmente no Brasil colonial, como podemos perceber no relato de Vainfas (1986, p. 41-42):

Suporte da autoridade monárquica e instrumento de reação católica à crise da Igreja no século XVI, a Inquisição ibérica lançou-se contra os cristãos, sempre suspeitos de judaísmo. Mas o Santo Ofício não cuidou apenas dos desviantes da fé; preconizada no Concílio de Trento (1545-1563), a estratégia da Contra Reforma incluía a defesa do catolicismo também no plano da moral familiar e sexual. Zelar pela indissolubilidade do casamento monogâmico, pela primazia dos valores como a castidade, sobretudo do clero, pela limitação do sexo à cópula procriativa dos esposos, tudo isso passou a ser embora não exclusivamente, tarefa do inquisidor.

O homem torna-se um ser controlado e autovigiado, num período onde a confissão controla até os pensamentos. Foucault descreve que o homem ocidental se torna confidente. Na obra *Os anormais* [1975/1976] (2001), apresenta uma genealogia do homem de desejo a partir

da confissão cristã. O significado do confessar para Foucault apresenta-se como uma crítica às ciências humanas, em especial à psicologia de abordagem psicanalítica, por fazerem uso da confissão (poder) como estratégia fundamental de controle, classificar o desejo (sexual) como conteúdo privilegiado e fomentar a produção de verdades relativas ao indivíduo como um objetivo a ser alcançado.

Nesta época o homem se apresenta alienado, passando a ser objeto da história, onde todo e qualquer prazer é negado em função da produtividade dentro do sistema capitalista. Isso se evidencia com a Revolução Industrial iniciada no século XVIII, ocorrendo grandes mudanças em todos os setores da sociedade. O advento da burguesia e do capitalismo fazem com que se estabeleça uma nova ordem moral e sexual, e a sexualidade se distancia das normas religiosas, aproximando-se da ciência e da medicalização.

O sexo foi delimitado como um ponto de injunção fundamental entre o corpo e as práticas de controle das populações no século XIX, através da repressão sexual, com padrões e normas que sustentam o controle sexual pregado pela moral médica, pois o que era pecado agora passava a ser doença.

O mundo moderno, ainda segundo Nunes (1987), cria mecanismos de controle do sexo e da masturbação, onde pedagogos, médicos, padres, pastores, etc., são todos “confessores” e “controladores” da moral vigente.

Não há como considerar a trajetória da civilização, sem ressaltar a Grécia, o berço da civilização ocidental. A cultura grega, síntese de todas as formas culturais do mundo antigo, representa uma das mais importantes culturas da sociedade e civilização humana que, nesta aurora civilizatória, constitui uma das principais matrizes da condição humana em sociedade (NUNES et al., 2006).

O homem grego adulto possuía liberdade, podendo ter relações sexuais tanto com sua esposa quanto com suas “concubinas”, além de praticar a pederastia, o relacionamento erótico entre um homem e um menino. Catonné (2001) relata que o amado, o eromenes (o rapaz) ocupava uma posição passiva, e o homem adulto, o amante (o eraste) uma posição ativa. A função social da pederastia era a de ensinar o rapaz a tornar-se um cidadão, um rapaz sexualmente ativo, por meio de uma situação paradoxal de passividade na relação amorosa.

Na Roma antiga (sociedade escravocrata, hierarquizada e de predomínio masculino), as relações sociais se pautavam em regras a serem seguidas, para sustentar o poder do cidadão. De acordo com Ribeiro (2005), esperava-se que o homem livre tivesse iniciativa, liderança, voz de comando e que fosse sempre dominador e ativo, já por outro lado, esperava-se o oposto das

mulheres, crianças e escravos, deveriam obedecer e ser socialmente submissos, ou seja, deveriam ser indivíduos passivos.

Era natural que um cidadão em Roma tivesse relações sexuais com um escravo, mas a hierarquia e o papel ativo do cidadão não poderiam ser quebrados. Conforme Ribeiro (2005), não se admitia que o homem tivesse um papel passivo perante o escravo, visto que não estava de acordo com as regras sociais.

Com a finalidade de compreender melhor a sexualidade humana, sua expressão social e a condição do indivíduo sexualmente ativo na sociedade, Foucault em sua obra de três volumes História da Sexualidade (1976–1984), apresenta-nos no primeiro volume, A Vontade de saber, a sexualidade como criação discursivo-institucional, centrando-se no controle dos indivíduos e corpos. Para Foucault (1984, p.116):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder.

É possível analisar que as relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores, que dizem respeito a interesses de épocas diferentes.

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Percebe-se que são escassos os trabalhos científicos e historiográficos a respeito da educação sexual no Brasil. Nunes (1996) realiza uma análise segundo os programas hegemônicos de educação sexual em meados de 1980 no país, possibilitando a verificação das contradições dos discursos sobre sexualidade e educação. O autor também discute os perfis éticos e políticos dos projetos de educação sexual e suas implicações institucionais.

Com respeito ao período colonial, Nunes e Silva (2000) relatam que os primeiros portugueses no Brasil, na ausência de mulheres brancas, tomam as índias para os deleites sexuais. Mesmo não agradando em nada os jesuítas, as práticas sexuais favorecem no início da colonização.

O Brasil sofre influências europeias, católicas e conservadoras, reprimindo a sexualidade e sua manifestação desde os primórdios da colonização portuguesa.

Os agentes eclesiásticos da colonização tentaram, por todos os meios a seu alcance, transformar o Brasil numa parte legítima da cristandade romana, o que implicava, entre outras coisas, difundir o modelo matrimonial cristão: união sacramentada, família conjugal, continência e austeridade (VAINFAS, 1997, p. 224).

No discurso da Igreja a mulher é pretexto para mostrar que as práticas sexuais forem mal utilizadas, pode acarretar males físicos insuportáveis, endossando o postulado de que a sexualidade desregrada afetava a saúde.

1.1.1 Período Colonial

Na época colonial, os documentos da Igreja podem ser entendidos como a primeira tentativa de educação sexual na história brasileira.

Neste período há um conhecimento sexual popular, aquele que homens, mulheres, jovens, enfim, as famílias tinham sobre questões envolvendo os comportamentos sexuais, provenientes de sua própria experiência e interpretação de suas vidas, que perpassavam pelo sagrado e profano. As atitudes sexuais dos colonizadores eram indicadores de pecado para a Igreja Católica.

A igreja considerava o casamento a base familiar, e ao serviço do Estado com normas. Dentro dessas estava a de conduta, onde o marido e a esposa tinham algumas obrigações dentro do casamento; assim sendo, a mulher de elite era submissa e restrita aos afazeres domésticos e o homem tinha o papel de ser o provedor do lar, sempre com o poder de decisões nas mãos, enquanto as mulheres mais pobres trabalhavam não somente em seus afazeres domésticos, pois precisavam ajudar nas despesas (DEL PRIORE, 1997).

A vida no Brasil colonial era regida pelas Ordenações Filipinas, um código legal que era o sistema jurídico. As Ordenações Filipinas asseguravam ao marido o direito de matar a mulher caso apanhasse em adultério, podia matá-la por meramente suspeitar de traição. Sendo o marido traído um “peão”, e o amante de sua mulher uma “pessoa de maior qualidade”, o assassino poderia ser condenado a três anos de desterro na África.

As mulheres enfrentavam muitas discriminações, por ser uma sociedade machista, eram consideradas como meras donas de casa, objetos de desejos sexuais, sem inteligência, e as negras e índias eram as mais vistas como símbolo do pecado, mas tinham liberdades que as colonas não possuíam.

O olhar masculino reservava às mulheres imagens diferentes, em alguns momentos como um ser frágil, vitimado e santo, e em outros como uma mulher forte, perigosa e pecadora.

Essas características levaram a dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, que servia para denegrir a imagem da mulher por ele maculada; e o de Maria, santa mãe zelosa e obediente, que deveria ser alcançado por toda mulher honrada.

Muitas relações sexuais eram verdadeiros estupros. O prazer ficava a cargo das negras escravas, que além de servir seus senhores nas tarefas da casa, deviam satisfazê-los na cama, enquanto a mulher branca era encarregada da procriação, a maternidade deveria ser o ápice da vida da mulher; só assim, de acordo com Araújo (2010), elas se afastariam de Eva e aproximariam-se de Maria, mãe de Jesus.

Segundo Vainfas (1997), apesar das práticas sexuais serem correntes no Brasil, os colonos tinham a consciência de que faziam sexo de formas variadas e livres, muitas destas contrárias às normas de conduta sexual aceitas pela sociedade:

Perceptível nas atitudes poligâmicas e concubinatórias que teimavam em manter, possuíam regras e condicionantes gerais, ensejada pela situação colonial e funcionando em seu proveito. No entanto, por mais “libertinos” que fossem os portugueses recém-chegados, nem por isso se mostraram absolutamente desdenhosos em face das interdições eclesiásticas e da noção do pecado. Se agiam com irreverência, se desde o século XVI cuidavam de amancebar-se com quantas índias lhes topassem o caminho, não o faziam sem crise de consciência, portadores do sentimento de culpa que a Igreja insistia em difundir entre as massas de fiéis (VAINFAS, 1997, p. 62).

Nos casamentos, no período colonial, não havia laços afetivos e sim contratos econômicos acertados pelo pai. As mulheres brancas das camadas mais abastadas casavam-se cedo. Quando os pais não conseguiam realizar o negócio para filhas de mais de 15 anos, os casamentos eram realizados geralmente com homens mais velhos de 30, 40, ou até 50 anos, isso porque demorava muito tempo para que os portugueses conseguissem acumular fortuna ou herança paterna.

Até o momento do casamento, as moças eram trancadas em casa para manter suas virgindades com a vigilância dos pais e da Igreja através do ato de confissão.

1.2 OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE NO BRASIL

Se faz necessário considerar brevemente a história da relação entre educação e sexualidade no Brasil. Uma das primeiras abordagens do século XX foi encontrada na tese de Francisco Vasconcelos, “Educação Sexual da Mulher”, de 1915 no Rio de Janeiro. Com influência de correntes médicas e higienistas em destaque na França, positivistas, mas também de teor moralista, propunha que as mulheres deveriam ter maiores conhecimentos sobre os

temas relacionados ao sexo, à saúde e à puericultura, cuidados com a prevenção de doenças venéreas e o combate à masturbação, enfatizando a recomendação do preparo da mulher para o desempenho tradicional do papel de mãe e esposa.

Conforme apontam pesquisadores, os primeiros trabalhos sobre educação sexual tiveram início nas décadas de 20 e 30. A partir desse mesmo período, pode-se encontrar registros de manifestações que apontam diretamente para a necessidade de programas de educação sexual (BARROSO & BRUSCHINI, 1982; ROSEMBERG, 1985; WEREBE, 1978). Muitos educadores, além de médicos, participaram nessa época, da defesa da educação sexual na escola, motivados pelo interesse de aumentar o conhecimento das mulheres e melhorar sua saúde.

Profissionais da saúde e educação em um número considerável, manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie.

As feministas, lideradas por Berta Lutz, tentaram a implantação da educação sexual desde 1920, com objetivos de proteção à infância e à maternidade.

Em 1927, ocorreu a I Conferência Nacional de Educação, nesta foi aprovada a defesa do programa de educação sexual nas escolas para crianças acima de 11 anos. Também se explicitou a ideia de que meninos e meninas deveriam ser educados sexualmente, tendo em vista a compreensão das responsabilidades individuais futuras na construção da família e do país (GUIMARÃES, 1995).

Em 1928, no Congresso Nacional de Educadores, foi aprovado o Programa de educação sexual que seria desenvolvido com crianças acima de onze anos de idade. Em 1930, os pais de alunos demonstraram maior apoio à educação sexual, porém havia opiniões contrárias quanto às estratégias e aos conteúdos programáticos. No colégio Batista do Rio de Janeiro, ocorreu a primeira iniciativa de inserir a evolução das espécies e a educação sexual no currículo escolar, tendo como idealizador o professor Stawiarski. Esse programa possuía caráter inicial de análise do papel feminino na reprodução, mas apenas em 1935 foram incluídas discussões e análises do papel masculino, porém o idealizador do programa sofreu processo jurídico o que resultou na sua demissão (GUIMARÃES, 1995).

O conflito entre uma sociedade conservadora e a existência de movimentos de modernização, transpareceu na incapacidade de produzir um consenso sobre os conteúdos e metodologias para a efetiva abordagem da sexualidade na escola. Esse dilema, aliado à militância da Igreja Católica, contrária a qualquer discussão, foi determinante na exclusão da

referida temática do debate educativo, delineando um tempo de omissão oficial entre os anos de 1930 e 1960.

Maria Jose Werebe, no seu livro *A educação sexual na escola*, adverte que nesse período favorável, a década de 60, as escolas paulistas públicas que tiveram maior repercussão foi o Colégio de Aplicação, sob a responsabilidade do Departamento de Educação da Universidade de São Paulo; os Ginásios Vocacionais, sob a direção de Maria Nilde Mascelani, e os Ginásios Pluricurriculares, sob a direção da professora Terezinha Fram. Todas essas experiências estavam inseridas numa prática de renovação pedagógica.

Nessa época, colégios católicos passaram a desenvolver um programa de educação sexual em consequência de algumas mudanças na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965. Em períodos anteriores à década de 60, experiências de educação sexual aconteceram em escolas protestantes ou em escolas que não tinham vínculo religioso.

Com o Golpe Militar de 1964, elabora-se uma proposta de educação com a defesa de uma moral repressora. A educação sexual é excluída das escolas. O único livro que pode ser utilizado como referência para a educação sexual é o do padre Charboneau, pois aborda a sexualidade se baseando na moral cristã consolidando os princípios morais defendidos pela Igreja.

A partir de 1964, a educação sexual passa a fazer parte de todas as séries no colégio Pedro Alcântara, no Estado do Rio de Janeiro, e também nos colégios Infante Dom Henrique, Orlando Rouças e André Maurois. Entretanto enfrentam fortes repressões, tais como exoneração da direção, a suspensão de alguns professores e a expulsão de alguns alunos.

Acontecimentos políticos de grande envergadura, no final da década de 60 e 70, influíram negativamente no processo, fazendo mudar o rumo que vinha tomando a história das experiências de implantação de programas de educação sexual no país como um todo. É importante ressaltar que em 1965 Ataliba Nogueira, Secretário de Educação do Estado de São Paulo, proibiu aos professores de escolas públicas a transmissão de informações sobre meios anticoncepcionais e sobre controle de natalidade, e esta medida interferiu diretamente nos programas que vinham sendo desenvolvidos.

Em 1968, a deputada Julia Strimbruck apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas e em todos os níveis no país. A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), com argumentos teológicos, moralistas e sentimentais, conseguiu barrar.

Muitas experiências referentes à educação sexual que vinham sendo efetivadas, foram encerradas, principalmente na cidade de São Paulo; outras continuaram na semiclandestinidade, mesmo com a repressão militar do período de 1968 a 1976.

O interesse pela educação sexual ressurgiu na segunda metade da década de 1970, no âmbito dos movimentos feministas, dos movimentos de controle populacional e pela grande mudança no comportamento sexual da juventude. Neste mesmo ano surgiu a Lei nº 5.692/1971, apresentando as ações de educação sexual, cuja responsabilidade seria dos orientadores educacionais ou dos professores da área de ciências ou programas de saúde.

Em 1974, o Conselho Federal de Educação aprovou o parecer elaborado pela conselheira Edília Coelho Garcia, que fixou a doutrina, a filosofia, o conteúdo e forma do programa de Educação e Saúde que previu, para os alunos do 2º grau, o desenvolvimento de conhecimentos referentes à evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental (ROSEMBERG, 1985, p. 15).

Em 1978 e 1979 foram realizados vários congressos sobre educação sexual nas escolas, por iniciativa particular, abrindo-se o debate sobre a dimensão pública desse tipo de educação. O espaço para a educação sexual no Brasil foi reconquistado, mesmo com vários acontecimentos repressivos. Nesta época em São Paulo aconteceu o I Congresso sobre educação sexual nas escolas, e outros eventos científicos os quais foram levados adiante.

Numerosos debates foram realizados no final da década de 70 e no início da década de 80, para os quais contribuíram os meios de comunicação como o rádio, a televisão e as revistas. Nesse período são escritos vários livros, analisando a sexualidade tanto para jovens, como para crianças e adultos (inclusive outros, de caráter científico), visando refletir sobre a educação sexual, principalmente escolar.

Na história da implantação da educação sexual nas escolas, se faz necessário destacar a pesquisa realizada em 1979 pela equipe da Fundação Carlos Chagas. O objetivo era investigar as atitudes e os valores de jovens de diferentes classes sociais, incluindo a testagem da viabilidade de uma metodologia de trabalho para a educação sexual, baseada no debate aberto (BARROSO & BRUSCHINI, 1982). Nessa experiência participaram jovens de 15 a 17 anos, de vários segmentos sociais. Barroso & Bruschini, coordenadoras da pesquisa, além de ressaltarem o valor da informação, propõem que sejam trabalhados os valores e atitudes relacionados à sexualidade, de forma não diretiva, num clima de debate, no qual devam ser enfatizados os valores humanos da liberdade e a integridade pessoal, a consideração pelos outros e a igualdade entre homens e mulheres. Com relação às questões mais controversas

(como por exemplo o aborto e a virgindade), as autoras defendem que é preciso mostrar aos jovens os diferentes pontos de vista, respeitando os valores morais ou religiosos, dando-lhes liberdade de fazerem suas opções.

Nos anos 80, muitas escolas motivadas pelo problema da gravidez indesejada, pelas DST (doenças sexualmente transmissíveis, incluída a AIDS), passaram a implementar a educação sexual nas disciplinas de ciências e biologia, por meio da abordagem dos conteúdos relativos à reprodução humana (GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997; RIBEIRO E SOUZA, 2003). A partir desta época, a AIDS foi a grande motivadora da educação sexual em destaque nas escolas.

É possível afirmar que a área de produção de conhecimento científico (e de difusão dela) requer muitas análises e pesquisas. Esta falta de estudos foi evidenciada, em especial, na caminhada das décadas de 80 e 90 para ajudar na compreensão da importância da educação sexual, se centrando sobretudo no papel da escola e da família.

A partir dos anos 80, verificou-se a urgência de discussões em torno de questões de identidade e diversidade cultural, no âmbito da formação de um novo movimento social, ainda fortemente balizado por questões de classe.

As ciências sociais nos 80, passaram a desmistificar com maior ênfase as visões essencialistas, e a analisar as múltiplas relações entre classe, raça/etnia, gênero, geração, entre outras categorias. As feministas brancas de classe média foram levadas a discutir as clivagens de raça e classe entre a “irmandade feminina” (FOX-GENOVESE, 1992), e as lutas pelo reconhecimento de identidades específicas tiveram maior espaço. Exemplos disso foram a mobilização de feministas negras e/ou homossexuais e de grupos ecologistas, entre outros.

Grupos de pessoas com AIDS pressionaram o Ministério da Saúde, nas décadas de 80 e 90. Perante isso foi desenvolvido um trabalho pioneiro e bem sucedido para enfrentar uma doença que, na segunda metade da década de 90, tornou-se referência mundial, inclusive no que concerne à luta contra os preconceitos.

No final dos anos 90 houve um crescimento dos grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), os quais possuíam uma considerável capacidade estratégica não apenas em ações de prevenção da AIDS, mas também em ações de formação para o enfrentamento da homofobia. Paralelamente, consolidava-se a compreensão de que a escola é também espaço de formação cidadã e de luta contra toda espécie de preconceitos.

Entre 1989 e 1992, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo iniciou cursos de formação para os profissionais de educação com temáticas relativas a gênero e sexualidade. Estes cursos incentivavam as atitudes críticas e transformadoras no que se referia às relações de gênero e aos temas da sexualidade, tendo o objetivo de desenvolver a capacidade de questionamento e a curiosidade acerca da construção social do saber, ao mesmo tempo em que sublinhava a necessidade de se trabalhar os temas relativos à sexualidade, de maneira a não limitar às aulas de ciências (SECAD/MEC, 2007).

A Secretaria Municipal de Porto Alegre desenvolveu em 1990, com os mesmos referenciais, o projeto Sexo em Debate na Escola. Esta experiência foi antecedida por projetos menos abrangentes, desenvolvidos entre 1961 e 1969, 1978 e 1982, na capital paulista e, em 1987, no Rio Grande do Sul, este último desenvolvido pelo Ministério da Educação (SECAD/MEC, 2007).

Na década de 90 até os dias atuais, no que se refere à relação entre educação e sexualidade, vem acontecendo amplas discussões, objetivando subsidiar os educadores. Contudo, as redes de ensino públicas e privadas tropeçam na resolução do Conselho Nacional de Educação, uma vez que os professores, principalmente os da escola básica, têm revelado certo desconforto para tratar a questão, em face da discrepância existente entre as cobranças oficiais que lhes são feitas, especialmente após a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a formação que recebem (se recebem) para enfrentar tais demandas.

Em 1996, o Ministério da Educação incluiu a sexualidade, como tema transversal, nos Parâmetros Curriculares Nacionais; a temática da orientação sexual foi oficialmente incluída no currículo das escolas brasileiras. No entanto, o discurso institucional que poderia ensejar o alargamento e o aprofundamento do debate em termos críticos e inovadores, ainda se referia às preocupações do combate à AIDS e DSTs.

Esta preocupação acarreta um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade - agora os discursos se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais (ao enfatizar por exemplo, a prática do sexo seguro) (LOURO, 2004).

De acordo com os PCNs, um bom trabalho de orientação sexual precisa de uma relação de confiança entre educador e aluno. Para isso, o professor deve estar disponível para conversar a respeito das questões, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para

obterem maior consciência do próprio corpo e melhores condições de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual.

Em 1998 publicaram-se os Cadernos de Temas Transversais dos PCNs, principal marco para o desenvolvimento de ações no espaço escolar relacionadas à temática de gênero, diversidade sexual e orientação sexual.

A implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e enfrentamento ao sexismo e à homofobia encontra respaldo nas propostas de ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização no Programa Nacional de Direitos Humanos II (de 2002), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Brasil sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a partir de lutas e transformações.

Mesmo sem uma legislação específica, o número de instituições que abordam a educação sexual em diversas áreas do aprendizado tem aumentado, como os projetos nacionais sobre a sexualidade que ganham maior força no ambiente escolar. Um exemplo é o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, criado em 2003, por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (MEC).

Em 2004, as discussões em torno das metas e da formulação de políticas destinadas às mulheres e à população LGBT foram aprimoradas e resultaram nos lançamentos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e do Programa Brasil sem Homofobia.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006, assinado pelo Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, parte da concepção de que a educação em direitos humanos se faz paralelamente à educação para a valorização da diversidade. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos por meio de diversas estratégias, entre elas consulta à sociedade civil. O plano define, como uma de suas ações para a Educação Básica:

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos trabalhadores da educação para lidar criticamente com esses temas (BRASIL, 2006a).

A sexualidade, dentro da história da humanidade, é marcada por intensas mudanças influenciadas pelas percepções e pensamentos que norteiam diferentes concepções que vão surgindo a partir dos diversos contextos culturais, econômicos, políticos e religiosos.

Em 2006, MEC inicia um curso na formação de professores para questões ligadas às relações de gênero, orientação sexual, opressão sexual, cidadania e direitos humanos.

Em 2008 com o decreto 2228/2008, o Governo do Paraná convoca para a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT). A sexualidade no universo escolar é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores – alunos, pais, professores entre outros–, assim como os tabus que social e historicamente cercam temas que lhe são relacionados.

Neste contexto pelo qual a sexualidade de fato passa a figurar mais no domínio público, parece ser a escola uma instituição importante enquanto campo de crítica e reflexão sobre os temas que a circundam, destacando a questão da sexualidade e gênero.

É importante destacar a escrita de Baez (2015), a mera existência de lei não garante a implementação de programas específicos que garantam a educação sexual e gênero, da mesma forma que a implementação desses programas sem a existência de leis não se efetiva o que se almeja.

Um significativo engajamento das esferas federais, estaduais e municipais em relação aos desafios é preciso para obter a efetivação de políticas públicas voltadas a questão da diversidade.

CAPÍTULO II

2. IDENTIDADE DE GÊNERO

Compreender o conceito de gênero é importante para entendermos de que forma fomos sendo adaptados a diferentes contextos sociais. Proveniente de uma hierarquia de gênero em favor do masculino, a qual foi socialmente construída ao longo da história como as diferenças biológicas instaladas nos corpos de homens e mulheres pudessem determinar a inferioridade feminina. No entanto, é preciso considerar que a maneira como nos constituímos homens e mulheres é realizada na e pela cultura.

2.1 GÊNERO NA CONCEPÇÃO DE HOMEM E MULHER

O gênero é também interpretado como uma categoria histórica e plural, podendo haver conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. Partindo desse pressuposto, não apenas sociedades diferentes teriam suas concepções de homem e de mulher, como também, no interior de uma sociedade, tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além de transformarem-se ao longo do tempo (LOURO, 1996).

Nesse sentido, gênero é uma organização social, cultural e histórica da diferença sexual. As questões de gênero refletem o modo como diferentes povos, em diversos períodos históricos, classificam as atividades de trabalho na esfera pública e privada, os atributos pessoais e os encargos destinados a homens e a mulheres no campo da religião, da política, do lazer, da educação, dos cuidados com saúde, da sexualidade, etc.

A desigualdade entre os sexos existe em todos os tipos de sociedades. Estas diferenças emergem das relações humanas, mediadas pela cultura, em que os aprendizados são diferenciados para os dois sexos.

A discussão sobre gênero tem início nas lutas contemporâneas dos movimentos sociais de mulheres feministas, para referir-se à organização social da relação entre os sexos, negando-se o determinismo biológico no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo surge como papel político de questionar e debater sobre a ausência das mulheres na história, como silenciamento sobre sua participação como sujeitos (LOURO, 1997).

Meyer (2003) sublinha que o termo “gênero” destaca o processo de construção das distinções entre homens e mulheres, através da sociedade e da cultura, com as instituições, símbolos, normas, ou através da linguagem. A autora ainda comenta que com a introdução do termo gênero, pretendia-se romper com a concepção que colava um determinado sexo anatômico a um gênero específico que seria naturalmente correspondente.

O ser humano nas suas funções de pais e mães, são cientes de que todas as pessoas precisam se construir como homens ou mulheres de acordo com as regras do manual que a sociedade na qual estão inseridos, admite, aceita e estipula como o certo. Nesse caso, é preciso que a família aponte comportamentos e atitudes ditos corretos para a boa formação do ser homem e do ser mulher. Com isso, Meyer (2001) afirma que:

Nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos até o dia em que morremos, e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, pelo trabalho, etc. Mas significa mais ainda: como nós nascemos e vivemos em tempos e lugares específicos. Gênero reforça a necessidade de sermos homens e mulheres, ao longo do tempo, ou no mesmo tempo histórico, nos diferentes grupos ou segmentos sociais.

Desde cedo, meninos e meninas são educados para se comportar de maneira diferente no exercício da sexualidade, no uso do corpo e nas expressões de sentimentos. Antes mesmo de nascerem, meninos e meninas têm suas vidas delineadas com base nas expectativas de seus pais, que variam segundo o sexo biológico, aprendendo a ‘ser homem’ ou a ‘ser mulher’, construindo um corpo masculino ou feminino como aprendizado social. Esse aprendizado seria o conjunto de disposições psíquicas (coragem, valentia, recato) e corporais (modos de andar, sentar) que expressam um conjunto de regras culturais internalizadas.

É necessário ressaltar que no Brasil, especificamente no Estado do Paraná, a partir de 2006, foram lançados os Cadernos Temáticos como recursos didáticos, significativa ferramenta de apoio e de informação para os profissionais da educação, na importante tarefa de formar cidadãos conscientes para o mundo. Uma produção que colabora nas respostas dadas aos desafios educacionais contemporâneos que estão presentes na nossa ação escolar e devem ser analisados, refletidos para as intervenções e superações necessárias no contexto escolar.

Buscando a definição do conceito de gênero, o Caderno Temático sobre a sexualidade adverte que o conceito foi formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, com base no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana. No entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são

produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (PARANÁ, 2008a, p. 43).

Devemos recordar das referidas contribuições de Jonh Money (psicólogo e sociólogo) norte-americano e de Robert Jesse Stoller (psicanalista) ao conceito de gênero, visto que o Money foi o primeiro teórico a utilizar o termo gênero na década de 1950 em seus escritos para designar um atributo psicológico dos indivíduos diferente do sexo biológico, e na década de 1960 Stoller se tornou uma das principais referências nos estudos de gênero a partir de seu contato com pacientes transexuais e suas famílias (STOLLER, 1993).

Segundo Louro (1997), as questões de gênero como as de sexualidade são social e historicamente construídas e, portanto, podem ser transformadas e modificadas. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e estar no mundo.

Gênero consiste em um processo de interpretação da realidade cultural, a qual se apresenta carregada de sanções, tabus e prescrições (LOURO, 1997). A identidade de gênero é construída continuamente, no decorrer de novas aprendizagens e abordagens sociais e históricas.

Podemos afirmar que as questões de gênero e sexualidade construídas são sempre transitórias, transformando-se não apenas ao longo do tempo, mas também na articulação com as histórias pessoais, com as identidades sexuais, étnicas, de raça e de classe.

2.2 PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

As relações de gênero e a sexualidade, que embora nem sempre são contempladas nos currículos das escolas e nos cursos de formação de professores como objeto de discussão e análise, estão presentes na sociedade, sendo constantemente acionadas nas diversas relações sociais e institucionais.

Trabalhar na formação de outros seres humanos implica muitas vezes reconsiderar posições, conceitos e pré-conceitos. A educação escolar representa o caminho para a instituição de uma educação sexual que visa, ao mesmo tempo que o respeito à livre orientação sexual em consonância com relações igualitárias de gênero, classe, raça/etnia, a construção de um ambiente pedagógico para os conhecimentos científicos acerca deste assunto, que possam ser difundidos com domínio e propriedade.

A escola, como instituição de ensino, pode se organizar em um espaço propiciador de relações humanas, constitutivo de aprendizagens emancipatórias ou de manutenção das desigualdades, dependendo de suas ações. Conseqüentemente se faz necessário ampliar a definição de pedagogia e currículo, não se limitando simplesmente ao domínio de técnicas e metodologias.

Através da socialização, desde os primeiros anos na escola, formam-se as identidades de gênero: o que é ser homem ou o que é ser mulher; que atitude deve ou não ser manifestada; se aprende a olhar e a ser olhado; se aprende a ouvir e a calar; a falar e a calar; se aprende a preferir (LOURO, 1997, P. 61).

Segundo afirma Louro (1997, p.131), as questões de gênero e sexualidade estão presentes no cotidiano de todas as escolas, nas mais variadas formas, nos pressupostos acerca do comportamento de todos os segmentos na escola, inclusive na prática pedagógica:

É na escola que muitas opiniões são formadas e marcas são deixadas nos estudantes, pois a escola é um espaço de convívio e socialização entre as pessoas que acabam contribuindo na produção de subjetividades e também para os diálogos de variadas temáticas, como por exemplo a questão de gênero e sexualidade.

É a cultura a que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas (GDE: GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

A sexualidade e o gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas.

2.3 CONCEITO DE SEXUALIDADE

Nesse momento de estudo, se faz necessário primeiramente o entendimento dos termos presentes no contexto sobre a sexualidade, apontando alguns conceitos que envolvem o conteúdo sobre o tema, para depois definir o que é a sexualidade.

2.3.1 Breve Marco Teórico Sobre a Sexualidade

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um; é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo; é muito mais, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade na forma das pessoas

tocarem e serem tocadas; a sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações, e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (EGYPTO, 2003).

De acordo com Altmann (2001), a sexualidade é um tema de interesse público. A conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências da espécie, o que está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade.

Segundo Egypto (2003, p. 9), trabalhar com a questão da sexualidade, com crianças e adolescentes, exige revisão de conceitos, superação de preconceitos e estereótipos; requer um olhar reflexivo sobre a própria sexualidade, sobre como lidar com tabus, medos, vergonhas.

Precisamos diferenciar duas palavras fundamentais para continuar nosso estudo; para isso pesquisamos no dicionário online de Português Dicio o que é sexismo e sexo.

- Sexismo: atitude, discurso ou comportamento que se baseia no preconceito e na discriminação sexual, a exaltação exagerada do masculino ou do feminino é uma forma de sexismo.

- Sexo: aquilo que marca a diferenciação (órgãos genitais) entre o homem e a mulher, delimitando seus papéis na reprodução.

Para prosseguir, verificamos os seguintes conceitos:

1. Gênero: para Carrara e Helborn (2009), o conceito de gênero foi desenvolvido no sentido de diferenciar homem e mulher, considerando a dimensão biológica e social; ambos se distinguem biologicamente e socialmente, de modo a exemplificar que a maneira de ser e estar do sexo na sociedade é determinado pela cultura.

2. Sexualidade: Michel Foucault (1988) afirma que não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranho por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-lo, e muitas vezes fracassa em dominá-lo inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Sendo assim, a sexualidade é definida como um conjunto de descobertas, crenças, práticas, escolhas, fantasias, e experiências relacionadas ao ato sexual construído ao longo da vida dos indivíduos, recoberto por valores morais, que são determinados por comportamentos e costumes sociais que dizem respeito ao coletivo.

3. Orientação sexual: a orientação sexual se dá pela necessidade de compreendermos que, mesmo quando não falamos sobre sexo com as crianças, estamos educando-as sexualmente, seja a partir de algumas manifestações públicas de carinho, de desejo, prazer, sentimentos, ou do contato com a mídia, que também explora o sexo e o erotismo (EGYPTO, 2003).

Segundo fonte do site da comunidade LGBT, podemos conceituar alguns tipos de orientação sexual:

- Heterossexual: indivíduo que tem atração e relacionamento afetivo sexual por pessoas do sexo oposto. Não precisam, necessariamente, terem vivencia e experiências sexuais para se identificarem como tais.

- Homossexual: indivíduo que tem atração sexual, relacionamento afetivo sexual por pessoas do mesmo gênero; em termo comum chama-se gay para homens homossexuais, e lésbicas para mulheres homossexuais.

- Bissexual: indivíduo que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo e sexual com pessoas de ambos os sexos.

- Transexual: indivíduo que possui identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento, quando não se identifica com seu corpo, e seu gênero psicológico não corresponde ao físico. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença.

- Pansexual: denominada como omnissexualidade, polisssexualidade ou trissexualidade, é caracterizada pela atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas. Podem sentir-se atraídos por homens, mulheres ou também por pessoas que não se sentem identificadas com o seu gênero incluindo intersexuais, transexuais e intergêneros.

- Assexual: é a falta de orientação e desejo sexual. As pessoas assexuais não sentem atração física ou sexual para com nenhuma pessoa e não sentem desejo pelo prazer sexual, pelo que não se identificam com nenhuma orientação sexual definida.

4. Identidade de gênero: falamos em identidade de gênero para nos referirmos à maneira como alguém se sente, se identifica, se apresenta para si e para os demais e como é percebido como “masculino” e “feminino” ou ainda, uma mescla de ambos, independente tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual (CARRARA E HEBRON, 2009). As identidades de gênero se constituem através da forma como os sujeitos vivem sua sexualidade, com parceiros

do mesmo sexo, de sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros, os sujeitos se identificam social e historicamente como masculinos ou femininos, e assim constroem sua identidade de gênero.

Devemos compreender que ao atravessar as fases da construção da identidade sexual, o indivíduo vai adquirindo condições de elaborar sua orientação afetivo-sexual, definida como a sensação interna de que tem capacidade para se relacionar amorosa ou sexualmente com alguém, é diferente de sentir-se pertencente a um determinado gênero.

Louro (1999) diz que a sexualidade não se restringe ao corpo, mas envolve o aspecto psíquico da pessoa, através de suas crenças, ideologias e imaginações, deixando de ser preocupação individual, devendo passar por uma investigação e a uma análise histórica e sociológica cuidadosa, a fim de atingir uma atmosfera crítica e política.

Construímos e modelamos o corpo obedecendo às exigências culturais com intuito de adaptá-los, acomodá-los aos modelos estéticos, higiênicos e morais da sociedade a que pertencemos. Essas exigências relacionadas à saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força, são construídos com diferentes significados nas diversas culturas, e estas distinções também são atribuídas com significados diferentes para o corpo de homens e de mulheres.

Segundo Melo (2000, p.1), a sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio. Criamos um modelo social do indivíduo e, no processo das nossas vivências, nem sempre é imperceptível a imagem social do indivíduo que criamos; essa imagem pode não corresponder à realidade.

2.4 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA A REFLEXÃO

A importância de existir a escola não está relacionada apenas com o conteúdo pedagógico que transmite; vai além de outros aprendizados que muitas vezes não estão escritos nas propostas pedagógicas de cada escola e que são requisitados pelas crianças e adolescentes em sua vida escolar.

Ao longo da história, as instituições escolares constituíram nas sociedades urbanas, instâncias privilegiadas de formação de identidades de gênero e sexuais, com padrões

claramente estabelecidos, regulamentos e legislações capazes de separar, ordenar e normalizar a cada um e a todos. Por muitos anos, mesmo afirmando que essa dimensão da educação dos sujeitos cabia prioritariamente à família, as escolas preocuparam-se com a vigilância da sexualidade de seus meninos e meninas. Não restam dúvidas de que houve muitas transformações nas formas de exercício dessa vigilância e regulação, mas a escola continuou como espaço de produção dessas identidades (LOURO, 1999, p. 40).

A escola detém uma imensa responsabilidade na formação afetiva e emocional de seus alunos; ela é vivência, troca, interação, pois nela as pessoas estão em contato com diversas culturas, credos e religiões, raças e etnias e diversidades sexuais. Dentro dessa perspectiva, o diálogo deve estar presente nos vários temas que envolve escola, principalmente quando o assunto é polêmico, como as temáticas sobre gênero e sexualidade.

Na vida escolar os relacionamentos com outras pessoas podem ser ampliados, além do convívio familiar, por meio de amigos, estabelecendo novas regras de convivência e amizades; é também onde são vivenciadas situações de ciúmes e rivalidades, inevitáveis no convívio entre as pessoas que vivem um terço do dia na escola; ademais, este tempo oportuniza vínculos afetivos entre os alunos e professores.

Na escola as manifestações da sexualidade estão por toda parte, sendo necessária uma abordagem didática que permita esclarecer aos alunos a concepção adequada ao termo, para que estes possam exercê-la com segurança e responsabilidade. Como apresenta Louro:

As questões referentes a sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula- assumidamente ou não – nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes (LOURO, 1997, p. 131).

Às vezes, o aluno chega à escola trazendo dentro de si informações distorcidas, dúvidas e ansiedades, crendices e preconceitos que lhe dão uma visão negativa em relação ao sexo. A escola pode oferecer a ele o espaço necessário para refletir sobre seus valores e conflitos, para adquirir conhecimento de questões sobre gênero e sexualidade, e poder expressar suas angústias, seus medos ou suas culpas. A construção de uma sexualidade a partir da educação sexual recebida da família, assim como a influência dos meios de comunicação, das leituras, é o que determina a necessidade do jovem, e em que grau a ação educativa na escola irá ajudá-lo a viver plenamente sua sexualidade (REIS E RIBEIRO, 2002, p. 84).

Dessa forma, é preciso valorizar os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos, estruturando conceitos, fazendo a mediação entre os sentidos atribuídos e os significados desejados, com um currículo onde o ensino e a aprendizagem se efetivem, complementando

com uma proposta político pedagógica alicerçada a uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica.

Paulo Freire (2006) expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem, um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, que é o espaço privilegiado para pensar. Para ele, a escola se apresenta como local da libertação; é pela possibilidade de debater, discutir e dialogar que se alcança a compreensão da realidade circundante, promovendo as mudanças necessárias. Do ponto de vista de Freire, o sujeito está inserido em uma realidade social que deve ser utilizada como ponto de partida para o entendimento do mundo.

A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos; as ações referentes às relações de gênero e sexualidade vivenciadas devem colaborar para evitar que preconceitos e discriminações proliferem. Cada indivíduo, independentemente de seu sexo biológico, tem direito de agir conforme a sua sexualidade determina, pois o seu gênero será determinado a partir das relações históricas e sociais ocorridas durante a sua vivência. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8.069/1990:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Art. 3º - ECA).

A discussão da temática de gênero e sexualidade no cotidiano escolar tem a finalidade de contribuir para que, em uma sociedade marcada pela diversidade, as diferenças não se perpetuem em desigualdades, preconceitos e discriminações. Com isto, possibilita aos alunos o aumento do controle e a possibilidade de intervenção sobre as suas próprias ações.

Esta discussão abrange as brincadeiras sem intenção e inofensivas, que assumem um caráter educativo mais potente que o próprio discurso oficial dos educadores atuantes neste ambiente (NASCIMENTO, 2016).

Sayão (1997, p. 107 - 118) diz que não é apenas nas portas dos banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido -impossível de ser atendido- de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

2.5 DIFERENÇA ENTRE EDUCACAO SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Precisamos compreender a definição entre a educação sexual e orientação sexual, pois para trabalhar com crianças e jovens é fundamental permitir que eles possam se conhecer e entender sua sexualidade, sendo natural a identificação das inquietações que trazem consigo sobre este tema.

Segundo Foucault (1988), a sexualidade se constrói não apenas no biológico, mas principalmente no imaginário: a sexualidade se coloca não apenas no palpável, na ideologia subjacente aos padrões de normalidade, impostos na convivência social”. A seguir, focalizaremos sobre estes dois termos que se completam na formação do aluno cidadão.

2.5.1 Educação Sexual

Alguns autores descrevem que há na literatura um debate a respeito de qual termo seria mais adequado: educação ou orientação sexual; portanto é importante fazer uma distinção entre eles, mesmo que não há uma padronização para as suas utilizações.

A educação sexual é conceituada como um conjunto de teorias e práticas, formais ou informais que abordam os vários aspectos que constituem a sexualidade humana. Desde o nascimento as crianças recebem noções e valores referentes à sexualidade, de forma não explícita e mesmo os pais não falando diretamente sobre o assunto, levam as crianças vivenciarem esta experiência ao expressarem suas sexualidades através dos comportamentos entre si, nas relações com os filhos, nos tipos de cuidados recomendados e nas expressões, gestos e proibições que estabelecem. Desse modo, conceitos, ideias e valores, além de tabus, preconceitos e estereótipos, vão se incorporando na educação das crianças.

É primordial que os pais e educadores sejam conscientes de que a educação sexual promove o desenvolvimento de um ser humano saudável mental e fisicamente. O indivíduo aprende a refletir sobre seus valores, distinguindo o conceito de certo e errado diante do mundo em que vive, aprendendo a respeitar a individualidade e a opção sexual de cada um, pois o importante é viver bem consigo mesmo (SAMPAIO, 2005).

A educação sexual propicia aos alunos uma oportunidade de desmistificação da cultura, direcionando para possibilidades e problemas a serem enfrentados, indo além do restrito tratamento biológico, e tornando-se uma maneira de comunicação entre as pessoas, para poder intervir e manifestar sua autonomia.

Todas as publicações anteriores à promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) utilizavam o termo educação sexual. No final da década de 1990, observou-se no âmbito educacional do Brasil, a utilização de uma nova terminologia para designar o trabalho sobre a sexualidade na escola: a expressão “educação sexual” não foi apenas substituída por “orientação sexual” pelos educadores, mas tornada oficial e institucionalizada com o lançamento dos PCNs do Ministério da Educação, em 1997.

O objetivo apontado pelos PCNs é uma proposta de renovação da orientação curricular, responsáveis pelas diretrizes da organização dos ensinos básico e médio, contemplam a abordagem curricular da sexualidade humana numa perspectiva transversal.

Assim, o trabalho com os temas transversais requer amplos esforços de reflexão dos pesquisadores da educação, pelo caráter de inovação que comporta, pela interdisciplinaridade requerida, e especialmente pela necessidade de preparação dos professores para desenvolverem esses temas.

2.5.2 Orientação Sexual

Os PCNs tratam a sexualidade como resultante cultural, e a aborda nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural, vinculando-a aos direitos humanos, a cidadania, a ética e a saúde. Possuem uma proposta pedagógica comprometida com a formação global, uma vez que o movimento humano é caracterizado em todos os domínios de comportamento (cognitivo, afetivo, social e motor), sem que nenhum deles seja priorizado.

A inserção dos PCNs trouxe à tona a discussão do currículo já vigente na escola, sendo que o tema transversal sobre a orientação sexual representou muitos avanços, problematizando esta questão no ambiente escolar; sabemos que antes destes parâmetros não existia a sexualidade nos currículos escolares.

O trabalho de orientação sexual objetiva fornecer informações sobre a sexualidade e promover um espaço de reflexões aos alunos, no qual estes possam dialogar, questionar e se expressar; mas para isso acontecer é importante abordar o tema não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas principalmente aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos.

A temática do gênero e da sexualidade não pode ser abordada somente com relação à anatomia e a fisiologia dos aparelhos reprodutores; mesmo assim, existem escolas que não possuem nenhum projeto relacionado com estes temas, e outras escolas interpretam os

conteúdos de biologia e das ciências como suficientes para o trabalho de orientação sexual (GUIMARÃES, 1995).

Segundo Sayão (1997, p. 112), a orientação sexual é um processo de intervenção planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições estanques, e a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem.

O desenvolvimento do trabalho de orientação sexual na escola é recomendado que seja sem constrangimentos, através de programas que possibilitem comunicar aos pais a iniciativa, a necessidade da temática na formação dos seus filhos, bem como a importância do diálogo com a família no decorrer das ações da escola (EGYPTO, 2003).

Tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos para a orientação sexual, encontram-se contemplados nas diversas áreas do conhecimento, pois a transversalidade possibilita estabelecer relações entre os conhecimentos tradicionalmente abordados pela escola e o cotidiano dos alunos, a sua própria realidade. Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema de orientação sexual, assim como acontece com os outros temas transversais, estará impregnando na prática educativa (BRASIL, 1997a).

Estudando nos PCNs, podemos entender que a orientação sexual se concretiza quando o aluno possuir confiança na comunicação aberta com o professor; assim determinará a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações, até a escolha dos conteúdos a serem trabalhados.

Quando a instituição escolar assume o desenvolvimento do trabalho referente a gênero e sexualidade, e inclui na sua proposta pedagógica, a responsabilidade passa a ser de todos e não apenas de uma pequena equipe. Egypto (2003) destaca que um projeto de orientação sexual não se sustenta com voluntariado; ele precisa ser planejado, sistematizado, para acontecer regularmente e continuamente.

A orientação sexual é uma questão abrangente, social e histórica, pois não se educa de maneira fragmentada, dividida e superficial; isso reforçaria a educação tradicional, sistemática, induzindo o adolescente a ter uma visão preconceituosa da realidade.

Como observa Sayão (1997), de uma forma ou de outra a escola interfere na construção da sexualidade de cada aluno. Sendo assim é importante que reflita acerca do seu papel, quanto à importância de tratar este assunto, e de fazê-lo de forma consciente e profissional.

A implementação desta orientação no contexto escolar representa uma significativa contribuição para os alunos; oferece subsídios teóricos e suscita reflexões para a vivência prazerosa da sexualidade, despida de temor e culpa.

CAPÍTULO III

3. DOCUMENTOS NORTEADORES

Apresentamos os documentos que norteiam a inclusão do estudo sobre gênero e sexualidade na educação, que visam subsidiar os trabalhos realizados nas escolas públicas do Brasil referente a estes conteúdos; na preocupação de analisar estas informações que orientam o ensino.

Iniciando o estudo destes documentos devemos lembrar que a igualdade de acesso e permanência na escola e o princípio da qualidade são coerentes com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei 9394/96, sendo os preceitos democráticos norteadores para uma educação de qualidade para todos. Destacamos que os PCNs foram lançados em outubro de 1997, as DCN em 1998 e as DCE em 1998 a 1990.

3.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS)

No final de 1997, o Ministério da Educação (MEC) oficializou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, consoantes com a LDB nº 9.394/96, consideram que a orientação sexual precisa ser contemplada no currículo do ensino fundamental. Essa exigência enfatiza nova força à história da educação sexual, registrando um crescimento do interesse das escolas para educar sexualmente os alunos.

Na história da República Brasileira, a questão educacional foi essencial nas discussões que encaminham políticas sociais, a escolarização é defendida como fator prioritário na promoção do desenvolvimento econômico. Não foram poucos os esforços da sociedade, dos educadores organizados e do Estado no sentido de mudanças nas condições de democratização e qualidade da educação básica, provocando reformas na legislação do ensino, na estrutura curricular dos cursos de diferentes níveis e na orientação teórica das práticas pedagógicas escolares. É nessa perspectiva que o Ministério da Educação (MEC) propõe os PCNs para orientar as políticas públicas de educação básica e as ações educativas escolares em âmbito nacional.

Em 1998, a orientação sexual passa a ser assumida pelo Governo Federal como um Tema Transversal, devendo ser integrado à proposta pedagógica da escola e prevendo sua articulação com diversas disciplinas curriculares. A orientação sexual nos PCNs apresenta-se

como uma proposta da inserção deste assunto na escola, numa perspectiva de que, ao se trabalhar com o tema da diversidade, a dimensão dos direitos humanos possa ser melhor contemplada (BRASIL, 1997a).

A base da proposta é interligar as áreas de conhecimentos através de um conjunto de assuntos chamados temas transversais. Os temas formam um conjunto articulado que possui objetivos e conteúdos coincidentes muito próximos entre eles e são elaborados de modo a ampliar a possibilidade de realização dos PCNs, são o elo entre as disciplinas da grade curricular.

Portanto é a partir do tema transversal designado de orientação sexual, que a educação sexual foi (re)inscrita na escola, ou seja, a escola oficialmente passa a desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa, promovendo a educação sexual das crianças e dos adolescentes.

É pertinente recordar que os temas transversais foram instituídos a partir de questões emergentes e urgentes; em particular, a urgência social foi o crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e o risco da contaminação pelo HIV/AIDS.

Os PCNs contêm uma coletânea compondo dez volumes, separados por disciplinas. As diretrizes tratadas nos PCNs enfatizaram a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo Brasil, obrigatórios para a rede pública e opcionais para as instituições privadas. O objetivo principal dos PCNs foi estabelecer pilares fundamentais para direcionar a educação.

O trabalho docente recebe como subsídio os PCNs, contendo os temas transversais quais surgem para a integração das áreas, incorporaram-se questões sociais relevantes juntamente com a necessidade da problematização e análise por parte da comunidade escolar, para que estes temas sejam trabalhados com total flexibilidade e abertura. Os temas transversais escolhidos são os seguintes: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo.

Constitui em um referencial de qualidade para a educação com a função de orientar e garantir a coerência dos instrumentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, contribuindo com os sistemas de ensino e professores para a elaboração do currículo escolar. Pretende-se criar condições, nas escolas, para que as nossas crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania, visando à construção do projeto político pedagógico da escola em relação à preocupação com a qualidade do ensino e com a formação de cidadania para o aluno.

Este documento foi definido e organizado em três blocos: Corpo: matriz da sexualidade, Relações de gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Esses blocos de conteúdos foram justificados pela necessidade de se elegerem tópicos que, além de estarem relacionados àqueles requisitados pelas alunas e alunos de todo o ensino fundamental, deveriam ser trabalhados na escola para garantir informações e discussões básicas sobre sexualidade.

Os PCNs tratam sobre como educar o corpo, “matriz da sexualidade”. Esta educação deve ocorrer a partir de um incitamento ao discurso sobre o sexo na escola; “a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa”. Este documento sublinha que os alunos devem ser instigados a falar, através de uma metodologia participativa com dinâmicas grupais, a aplicação de técnicas de sensibilização e facilitação dos debates, a utilização de materiais didáticos que problematizem o tema, possibilitando a discussão dos valores (sociais e particulares) associados a cada temática da sexualidade.

Para o ensino médio, foram criados os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM), que apresentam os seguintes volumes: introdução a suas Bases Legais; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Além disso, posteriormente foram lançados complementos com propostas práticas de aplicação desses volumes, conhecidos como PCN em ação (PCN+) (BRASIL, 2000).

A concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais de orientação sexual se baseia no seguinte princípio:

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Nesse sentido, a proposta de orientação sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (BRASIL, 1997b, p. 81).

O documento dos temas transversais sobre a orientação sexual apresenta o trabalho na escola, que pode contribuir para a eficácia do processo ensino-aprendizagem, pois considera a sexualidade relacionada ao aspecto emocional e este está intimamente ligada aos desenvolvimentos intelectual e social. Uma sexualidade mal resolvida emocionalmente

interfere diretamente na aprendizagem. Quando as alunas e os alunos possuem curiosidades e angústias a respeito da sexualidade, o aspecto emocional fica abalado.

Em linhas gerais, a justificativa dos PCNs sobre orientação sexual aponta que o tema sexualidade, e sua inserção nas escolas através dos currículos, se dá por meio de debates colocados por movimentos sociais durante a abertura democrática, assim como em função das demandas por parte de educadores, pais e mães preocupados com a prevenção de DST/AIDS, gravidez na adolescência e pelas questões não serem discutidas adequadamente em casa, apoiando-se em sua argumentação em uma pesquisa do Instituto Data Folha (realizada em 1993, em dez capitais brasileiras, que apontou que 86% dos entrevistados aprovam a inclusão da orientação sexual nas ações pedagógicas das escolas).

Entre tantas novidades devemos ressaltar que os PCNs estão em desutilidade, lembrando que surgiu com o intuito de ser um material norteador que funcionasse como parâmetros para a elaboração de currículos locais ou particulares, tanto na esfera municipal quanto na estadual.

3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)

Através da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998a). E com a Resolução CNE/CEB Nº 3, de 26 de junho de 1998, através de seu presidente, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998b).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são um conjunto de definições doutrinárias obrigatórias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, criadas para orientar as escolas brasileiras na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.

As DCNs destacam que devem ser as próprias escolas a examinar o que contemplam os PCNs e as Propostas Curriculares de seus Estados e Municípios para elaborar suas propostas pedagógicas, definindo a finalidade de seu trabalho, voltada para a realidade dos alunos presentes em suas salas de aula. Reforçam que as escolas devem explicitar, em suas propostas curriculares, o processo de ensino, incluindo as relações com a comunidade local, regional e planetária, visando aos alunos constituir identidades como cidadãos em processo, capazes de ser protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

As DCNs consideram a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a construir o seu currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. Dessa forma, a escola deve trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando a comunidade onde a escola atende, a região em que está inserida e outros aspectos locais relevantes (MENEZES E SANTOS, 2001).

As orientações das DCNs são as mesmas dos PCNs quanto a formar para a cidadania, com consciência ética, reduzindo preconceitos e discriminações.

Vale ressaltar que há possibilidade das escolas de dialogar criticamente com os dispositivos legais expressos nas orientações obrigatórias das DCNs e com as referências dos conteúdos não obrigatórios expressos nos PCNs, de modo que possam criar e recriar os currículos, construídos com as equipes pedagógicas, professores, funcionários e com a comunidade escolar, considerando o Projeto Político Pedagógico de cada escola.

Menezes e Santos (2001) destacam que as DCNs se diferenciam dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): enquanto as DCNs são leis, dando as metas e objetivos a serem buscados em cada curso, os PCNs são apenas referências curriculares, não leis.

3.3 AS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS (DCE)

Para que as DCEs tivessem uma versão final publicada delongou sete anos de discussões; logo depois o projeto foi adotado nas escolas públicas estaduais do Estado do Paraná como documento norteador da prática docente em todas as disciplinas.

As discussões sobre políticas para a educação no Estado do Paraná, promovidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), direcionaram a construção do documento denominado “Currículo Básico” para o ensino do 1º grau, na segunda metade de 1980, chegando às escolas no início de 1990, vigorando até o final daquela década, dentro de um processo de discussão coletiva que envolveu professores da rede estadual de ensino e de instituições de ensino superior.

As DCEs vigentes foram escritas em 2008 como fruto da matriz curricular, com discussão dos professores da rede, buscou-se manter o vínculo com o campo das teorias críticas da educação e com as metodologias que priorizassem diferentes formas de ensinar, de aprender e de avaliar. Além disso, nas diretrizes, a concepção de conhecimento considerou suas dimensões científica, filosófica e artística, enfatizando-se a importância de todas as disciplinas.

A produção científica, as manifestações artísticas e o legado filosófico da humanidade, deveriam ser capazes de possibilitar um trabalho pedagógico na totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano, entendendo a escola como o espaço de diálogo entre os conteúdos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular.

A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares estabelecem relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade, levando em consideração fatores externos determinados pelo regime sócio-político, religioso e familiar, além das características sociais e culturais do público escolar.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná em 2008 criou as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual, esta determina que todos os educadores da educação básica do Estado do Paraná precisam abordar no seu plano de trabalho docente, questões sobre gênero e diversidade sexual (PARANÁ, 2008a).

Essas diretrizes contemplam pressupostos que orientam o professor, com reflexões que problematizam os saberes normatizados e naturalizados sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual. Os textos apresentados suscitam um contato com as teorizações, de fundamental importância para que os profissionais da educação possam analisar a própria prática pedagógica, com o objetivo de estudar o conteúdo de gênero, diversidade sexual e educação desde as experiências profissionais às pessoais, o que acontece dentro e fora da escola, com olhar questionador e problematizador de repensar a prática pedagógica (PARANÁ, 2010).

Após deste estudo, os professores ficam preparados para suas escolhas de direcionamento do trabalho com os alunos, para criar espaços nas escolas em relação às concepções hegemônicas historicamente construídas a respeito das relações entre gênero e diversidade sexual.

3.4 LEGISLAÇÃO

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 5.692/71, a educação é proposta como um processo global que visa à formação integral do educando, devendo incluir a educação sexual como parte de um processo intencional, mesmo que os valores sociais, éticos e políticos relacionados com a sexualidade estejam presentes nas relações interpessoais de forma não intencional. Apresentamos algumas normas da legislação vigente que apontam os direitos, deveres e entendimentos sobre a sexualidade.

- Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) destacamos:

Art. 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

III – Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra dos cidadãos.

A respeito da livre orientação sexual, alguns documentos oficiais tem fortalecido as discussões acerca dos direitos de homossexuais, como é o caso do Decreto nº 5.397, de 22 de março de 2005 (BRASIL, 2005a), que dispõe sobre a composição, a competência e o funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o qual compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de violência. Esse conselho é composto por, além de órgãos ministeriais, representantes de entidades e organizações não-governamentais das populações negra, indígena e do segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.

Para que não haja homofobia nos espaços educativos foi designada a seguinte portaria: Portaria nº 4.032, de 24 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005c), institui o grupo de trabalho para acompanhar a implementação do “Programa Brasil sem Homofobia” no Ministério da Educação. Além de outras finalidades, esse grupo de trabalho propõe a formulação de ações que garantam o direito à educação da população GLTB (homossexuais, ou seja, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais) que promovam o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero nos sistemas educacionais (PARANÁ, 2008b, p. 23).

- Criação do Programa Brasil sem Homofobia nas IES: Portaria nº 928, de 26 de abril de 2006, que designa membros representantes de diversas instituições governamentais e não-governamentais, além de Instituições de Ensino Superior (IES) para compor o grupo de trabalho que acompanha a implantação do “Programa Brasil sem Homofobia” no Ministério da Educação (BRASIL, 2006c).

No que se refere às questões de gênero, destacam-se os decretos: Decreto de 15 de julho de 2004, que institui grupo de trabalho interministerial com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

- Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005 (BRASIL, 2005b), qual aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências. Os objetivos do PNPM consistem na melhoria da saúde das mulheres, na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, tende implantar política de enfrentamento à violência contra as mulheres, tudo isso por meio da articulação entre os diferentes órgãos de governo.

- Quanto às discriminações de gênero, podemos citar: Decreto de 15 de julho de 2004, institui o grupo de trabalho interministerial com a finalidade de elaborar um Plano Nacional para as Mulheres.

- Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), representa a busca de transformações sociais (que por consequência proporcionam transformações escolares) rumo a um país efetivamente democrático, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, e dá outras providências. Representa uma conquista para a sociedade brasileira, por ser mais rígidas as leis no combate e punição à violência contra a mulher (BRASIL, 2006b).

Mas para que sua implementação se dê de forma efetiva, é necessária uma ampla divulgação e conscientização por parte dos órgãos gestores e executores, bem como da sociedade civil em geral, especialmente das mulheres.

No que diz respeito à educação, fica evidente que tais transformações não podem ser ignoradas no ambiente escolar: as mudanças de abordagem no tratamento da violência doméstica, os novos estudos acerca do entendimento do direito à livre orientação sexual, e tantos outros conteúdos tradicionalmente restritos a disciplinas específicas, mas que contribuem para a construção democrática da escola, por se considerar como fatores extremamente relevantes para a formação que a escola se propõe (PARANÁ, 2008, p. 24). No Estado do Paraná, a partir de 1997, foram criadas duas leis que dão amparo legal e abertura à prática de uma educação sexual na escola:

- Lei nº. 11.733, de 28 de maio de 1997 que autoriza o Poder Executivo a implantar campanhas sobre educação sexual, a serem vinculadas nos estabelecimentos de ensino estadual de primeiro e segundo graus do Estado do Paraná (PARANÁ, 1997a)

- Lei nº. 11.734, de 28 de maio de 1997 que torna obrigatória a apresentação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus, no Estado do Paraná (PARANÁ, 1997b, p. 25).

E também merece lembrarmos do Parecer CP/CEE nº 01/09 (08 de outubro de 2009), solicita normatização para a inclusão do nome social nos registros escolares.

3.5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORTEADORES

É imprescindível proporcionar uma educação que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação, que promova a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência.

A escola, enquanto espaço de práticas sociais e pedagógicas, é constituidora de mecanismos que criam e recriam formas diversas de relações de poder; é relevante notarmos que qualquer decisão teórica e epistemológica é também política.

O país, o estado, o município e os movimentos sociais, nas suas respectivas pluralidades, articulam-se e disputam acirradamente interesses nessa área de relações necessariamente conflituosas e, por vezes, contraditórias na reformulação das políticas, bem como na produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade. No entanto, para que haja um trabalho efetivo nas escolas, além dessas temáticas constarem em pareceres, orientações e/ou em legislações, é fundamental uma reflexão sobre as implicações das políticas de gênero e sexualidade, para que a escola esteja amparada e preparada em suas ações pedagógicas referente a esses temas.

Segundo Bucci (2002, p. 94) a política pública seria “[...] como um conjunto de ações ou normas de iniciativas governamentais, visando à concretização de direitos”. Diante disso, consideramos a política pública como um mecanismo que deve buscar a efetivação de direitos e reduzir as desigualdades sociais, contribuindo na construção de relações igualitárias para todos.

As políticas, no âmbito nacional, não só direcionam para a igualdade de direitos, mas também nos resultados alcançados, despertando para que as políticas educacionais não fiquem exclusivamente no papel, mas para fazer com que seja efetivada na prática a equidade de gênero, prevalecendo em nossa cultura e sociedade.

A educação é direito estabelecida constitucionalmente; portanto, é indispensável ao desenvolvimento social e cultural do homem, cujas políticas devem ser organizadas e acessível para todos. O envolvimento e o comprometimento dos mais variados segmentos educacionais são indispensáveis, juntamente com a compreensão dos documentos legais em relação as políticas educacionais, para serem estabelecidas as tomadas de decisões.

É importante salientar que este estudo foi descrito antes da promulgação do documento que hoje orienta a elaboração dos currículos escolares e as propostas pedagógicas, que é a Base Nacional Comum Curricular.

CAPÍTULO IV

4. DISCIPLINAS CURRICULARES ENVOLVIDAS NA PESQUISA

Nesta pesquisa, envolvemos as disciplinas de educação física e biologia devido aos conteúdos apresentados nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), estando incluído a questão de gênero e sexualidade como parte dos conteúdos estruturantes dessas disciplinas.

4.1 EDUCAÇÃO FÍSICA

A disciplina de educação física e as questões de gênero e sexualidade começaram entre o fim da década de 1970 e início dos anos de 1980, período em que a área sugeria a separação entre meninas e meninos nas aulas. Nos anos de 1990, no Brasil, as análises destas questões se iniciam como campo de estudos da educação física (ALTMANN; AYOUB; GARCIA, 2009, p.03). Uma das críticas sobre a divisão entre meninas e meninos nas aulas se dá pelo fato desta atitude ser responsável pela produção das diferenças e hierarquias de gênero; além disso, ignora o cruzamento das fronteiras de gênero e nega a possibilidade da vivência entre eles.

Na década de 1990, as aulas de educação física passam a se configurar de forma mista (COSTA; SILVA, 2002, p. 45). A implementação deste novo formato de aulas destaca o objetivo de igualdade de oportunidades, para que meninas e meninos observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças. As aulas mistas surgiram no panorama da educação física argumentando a possibilidade de desconstrução de estereótipos sexuais e a viabilização dos conteúdos para ambos os sexos de forma igualitária, não sendo tarefa simples para os professores desenvolverem as atividades de maneira harmônica, quando os alunos estão acostumados participarem das aulas separados por sexo.

A desconstrução da divergência entre igualdade/diferença é defendida por Scott (1988), à luz de Derrida. Segundo ela, a própria antítese igualdade-versus-diferença oculta os dois termos, uma vez que a igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não impede a igualdade.

Desconstruída essa antítese, diz Scott, será possível não só dizer que os seres humanos nascem iguais, mas diferentes, como também sustentar que a igualdade reside na diferença, e o

uso do discurso da diferença macho-fêmea envolve uma outra cilada: oculta as diferenças entre as mulheres e entre homens, no comportamento, no caráter, no desejo, na subjetividade, na sexualidade, na identificação de gênero e na experiência histórica.

Embora não seja possível intervir nas aprendizagens que ocorrem na família e na comunidade, a escola necessita ter consciência de que sua atuação não é neutra. O questionamento de papéis fixos, cristalizados, para meninos ou meninas, homens ou mulheres, modos de educá-los de maneiras radicalmente distintas, já sinaliza que estamos dispostas a construir um mundo justo em que haja equidade de gênero.

O mais importante é valorizar a diferença e a contribuição individual de todos, oferecer atividade física como direito, com recursos iguais para meninas e meninos, ampliando a oferta e proporcionando diversidade de atividades, tais como recreação, desenvolvimento e manutenção. A educação física se apresenta como um espaço privilegiado para tematizar o assunto do gênero e da sexualidade, devido aos seus conteúdos e a sua dinâmica de aula, ou seja, pela relação que se estabelece entre alunos e professores durante as aulas (ALTMANN, 2001, p.583).

O professor de educação física é referência para os alunos; essa disciplina propicia uma experiência de aprendizagem peculiar ao mobilizar os aspectos afetivos, sociais, éticos e sexuais de forma intensa e explícita, o que faz com que o professor tenha um conhecimento abrangente dos alunos; pode vir a ser um dos docentes que mais contribua para a orientação sexual, tendo um elo facilitador no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com a abordagem dos PCNs, a educação física tem como objetivo introduzir e integrar os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e de melhoria da saúde.

Na escola, certos movimentos corporais, gestos, atitudes, posições, etc., fazem do campo da educação física um espaço de configuração e reconfiguração de sujeitos com determinado gênero como enfatiza Scharagrodsky, (2004). Regras invisíveis e mecanismos ocultos que sutilmente contribuem para construir uma determinada ordem.

É de extrema relevância reconhecer os elementos que norteiam a prática pedagógica do professor desta disciplina. Dentre os avanços e as possibilidades verificados por Darido et al. (2001), aparecem os temas transversais como um dos aspectos que auxiliam na construção de uma proposta de educação física cidadã.

Além dos temas transversais, o referido trabalho de Darido et al. (2001) também destaca: 1) o fato dos PCNs definirem a função da educação física como disciplina que introduz e

integra o aluno na cultura corporal do movimento; 2) a dimensão dos conteúdos segundo três categorias: conceitual (ligados aos conceitos, fatos e princípios), procedimental (ligados ao fazer) e atitudinal (relacionados às atitudes, normas e valores), e 3) a divisão dos conteúdos em blocos relacionados entre si: o conhecimento sobre o corpo, as atividades rítmicas e expressivas, os esportes, as lutas e a ginástica. Tais blocos de conteúdos trabalhados durante todo o período de escolarização, sem delimitações definidas sobre abordagens em séries de ensino específicas, mas com o compromisso dos professores de adequá-los aos níveis de desenvolvimento dos alunos.

O corpo é o tema a ser contemplado em diferentes eixos temáticos, considerando a relevância da linguagem corporal, e a importância para os alunos de se aprofundar sobre os conhecimentos relativos ao corpo humano, bem como sobre seu próprio corpo, a fim de que se desenvolva a base necessária ao autocuidado, valorizando as questões ligadas à construção da identidade e características pessoais. Deve-se observar ainda a construção subjetiva da percepção do corpo, questionando a imposição de certos padrões de beleza veiculados pela mídia, visando a construir uma postura crítica, ante os padrões de beleza idealizados ao serviço do consumismo.

Louro (2001) menciona que os corpos evidenciam as marcas de uma sociedade, dadas as imposições culturais, as quais buscam adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos e morais. A autora destaca que através dos muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente de diferenciação; treinamos os sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e a maneira com que se expressam.

Os PCNs propõem que educadores utilizem, como metodologia, a investigação das representações que os alunos têm sobre o corpo, sobre seus conhecimentos prévios, informações e fantasias relacionadas às mudanças do corpo, muito comumente geradoras de curiosidade e ansiedade. A problemática do corpo deverá ser abordada enquanto tema transversal em toda sua complexidade (BRASIL, 1997b).

O bloco de conteúdo “Conhecimentos sobre o corpo” proporciona recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma. Esta preocupação para que os alunos “incorporem a mentalidade preventiva” está presente nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), como também, o

tema sobre a formação de hábitos de autocuidado e de construção de relações interpessoais, que colaboram para que a dimensão da sexualidade seja integrada de maneira prazerosa e segura.

Como principais avanços, podemos considerar os aspectos contidos no documento que nos auxiliam na compreensão de uma proposta de educação física cidadã: -o princípio da inclusão; -as dimensões dos conteúdos (atitudinais, conceituais e procedimentais); -e os temas transversais.

Nos PCNs de educação física, do 3 e 4 ciclos (BRASIL,1998c) propõe-se como princípio básico a necessidade das aulas serem dirigidas para todos:

A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimentos, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência.

A intenção dos PCNs, ao propor o princípio da inclusão, foi a de vislumbrar uma educação física na escola com capacidade para superar a exclusão, valorizar todos independentemente da etnia, sexo, língua falada, classe social, religião, opinião política ou social.

Nas escolas existe uma Proposta Pedagógica Curricular (PPC), documento que sistematiza a organização do conhecimento do currículo através da seleção dos conteúdos considerados como imprescindíveis à formação dos alunos, que identificam e organizam os campos de estudo da disciplina, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino. Com base nos conteúdos estruturantes determinam-se os conteúdos específicos para serem trabalhados, contextualizados e articulados.

Depois da constatação desses conteúdos, o professor passa a elaborar o Plano de Aula, isto é, define as decisões pedagógicas a respeito do que ensinar, como ensinar e como avaliar. É neste momento que os professores devem planejar com o intuito de repensar as práticas que reforçam e reproduzem relações desiguais e hierárquicas, entre meninas e meninos, e entre os mais fortes e os mais fracos, dependendo de como irá organizar a aula e quais os objetivos que pretendem atingir, ressaltando estratégias não apenas para favorecer a inclusão, como também discuti-la e torná-la clara aos alunos.

4.2 BIOLOGIA

O ponto de convergência das relações de gênero e sexualidade parte do entendimento das diferenças corporais e sexuais, criando assim representações acerca do que é ser mulher ou

homem, demarcando padrões, condutas, valores fixos daquilo que é feminino e masculino, produzindo identidades únicas e aceitas da experiência sexual.

Uma abordagem prioritariamente biológica acaba contribuindo para a reprodução de discursos e práticas que naturalizam a hierarquização de gênero e discriminação frente àqueles que fogem do padrão estabelecido socialmente, refletindo no comportamento e discurso preconceituoso e o não respeito as diferenças (LOURO, 1997)

Nem os genes nem a anatomia nem os hormônios podem explicar características tão variáveis de cultura a cultura e tão permeadas de sentidos e significados particulares a determinados contextos; isto é, não podemos esperar que um certo genótipo explique a preferência pela cor azul ou que um conjunto de alelos leve ao interesse por bonecas em vez de dinossauros.

A sexualidade vai além da consideração simplesmente biológica, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas (NUNES E SILVA, 2000).

Precisamos reconhecer que por muito tempo os professores de ciências/biologia, representam uma figura central quando se pensa em quem, como dizem os alunos, “dá aula sobre sexo”, conforme indicam Souza e Dinis (2010, p. 121). Quando a escola decide trabalhar com tema relacionado à educação sexual com os alunos, essa tarefa recai sobre os docentes dessa área.

As aulas sobre sexualidade não estão baseadas apenas em informações biológicas, mas na participação efetiva, que leva à mudança de atitude do aluno diante de sua sexualidade. Para que isso ocorra, há necessidade de fazer um levantamento das dúvidas que os alunos possuem sobre o assunto, para que o professor possa desenvolver um trabalho que promova o conhecimento do próprio corpo, através de debates e discussões sobre os mitos, tabus e preconceitos, ressaltando o conhecimento das doenças sexualmente transmissíveis (DST“s) e de métodos anticoncepcionais.

Embora não seja exclusividade das disciplinas de ciências trabalhar temas relacionados à gênero e sexualidade, segundo os PCNs, sabe-se que é competência desta disciplina tratar conteúdos sobre doenças sexualmente transmissíveis, fisiologia e reprodução humanas (SOUZA E DINIS, 2010, p. 121).

Educar sexualmente consiste em oferecer condições para que os alunos assumam seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livres de medo, de preconceitos, de culpas, de sentir vergonha, de bloqueios ou tabus. Conforme ressalta os documentos do Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS, 2013), a educação sexual é um

direito que as crianças e/ou adolescentes têm de conhecer seu corpo e ter uma visão positiva da sua sexualidade, de manter uma comunicação clara em suas relações com pensamento crítico; de entender seu comportamento e o do outro.

Somente informações e orientações a respeito da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, muito embora sejam necessárias, não são suficientes para que possamos compreender a problematização que envolve um determinado tópico da “biologia sexual”.

Na biologia precisa se desenvolver uma consciência crítica de que a ciência tem uma história e um contexto cultural que a influencia; nosso próprio olhar para a natureza e para os corpos está repleta por discursos marcados de valores morais e sociais, por mais que reafirmemos que se trate apenas de um olhar científico.

Neste sentido, o entendimento da sexualidade só se dará através de uma reflexão voltada para as múltiplas formas de manifestações humanas e o lugar que estas manifestações ocupam em nossa sociedade, como o sexo, o desejo, o medo, o amor, o corpo biológico e os papéis sócio/sexuais.

Os temas transversais contemplam a orientação sexual como um dos conteúdos para ser tratado pelas diversas áreas do conhecimento. Segundo os PCNs, a orientação sexual faz parte do trabalho pedagógico dentro da transversalização.

Todas as áreas do conhecimento como geografia, história, matemática, física, química, língua portuguesa, literatura, artes, educação física, religião, a partir de suas especificidades podem contribuir significativamente, de modo a desenvolver uma educação para a sexualidade, além dos limites restritos da prevenção.

Isso pressupõe que as diversas áreas do saber dialoguem entre si, permitindo a abrangência do olhar para trabalhar pedagogicamente tais questões, sem a pretensão de negar a biologia dos corpos, mas enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 1997).

Segundo Paulo Freire (1996), é preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, qual não se faz apenas com ciência e técnica.

Trata-se de um novo olhar sobre certos temas que se trabalham na escola, principalmente em tempos de violência de gênero, período de vitimização sexual infanto-juvenil e de mulheres

e homens ligada à exposição sexual, submissão física, abuso sexual, pedofilia, pornografia, prostituição e o turismo infantil.

De acordo com Louro (2001), se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se estão todos envolvidos nesses arranjos, mesmo que seja uma tarefa difícil, trata-se de pôr em questão as relações de poder que compartilhamos e que nos atravessam.

O ensino de biologia objetiva um direcionamento aos estudantes, onde este ao invés de limitar-se, pode implodir a capacidade de construir um olhar mais aberto, devido a uma problematização mais ampla e complexa, uma problematização que lidará com as múltiplas e complicadas combinações de gênero e sexualidade, classe, raça e etnia.

CAPÍTULO V

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E BIOLOGIA DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NESTA PESQUISA

Partindo da problematização da pesquisa, o caminho metodológico escolhido foi o de uma abordagem de natureza qualitativa, que permite aprofundar no mundo dos significados, das ações e das relações humanas. Nesta abordagem se faz possível perceber as particularidades do universo pesquisado, captar os significados produzidos nas relações de forma aprofundada e alcançar mais do que os seus aspectos visíveis.

As entrevistas foram realizadas com os professores de duas escolas: o Colégio Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas – Ensino Fundamental e Médio, instituição pública situado na cidade de Barracão/PR. Este município, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, possui 9.735 mil habitantes (IBGE, 2010).

A outra instituição de ensino onde foram entrevistados os professores é a Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR e Barracão/PR, escola pública situada no interior do município de Bom Jesus do Sul. Este município, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, possui 3.796 mil habitantes (IBGE, 2010).

Iniciei as entrevistas com três professores de educação física e três professores de biologia do Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas – Ensino Fundamental e Médio, e com uma professora de educação física e com uma professora de biologia da Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR e Barracão/PR, juntamente com a observação de algumas aulas no segundo semestre do ano de 2015, durante o ano de 2016 e no primeiro semestre de 2017; e durante os intervalos dos recreios com duração de quinze minutos diários, aproveitando os dias de observação das aulas nessas escolas, além do estudo e análises de fontes teóricas e sociológicas sobre o assunto (e essa revisão bibliográfica foi chave para criar um roteiro de questões que nortearam as entrevistas).

As quatro professoras de biologia possuem formação acadêmica na área específica de atuação e pós graduação, todas são do quadro efetivo, sendo três professoras do Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas - Ensino Fundamental e Médio e uma professora da Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR e Barracão/PR, todas do sexo feminino.

Os quatro professores de educação física apresentam formação acadêmica na área específica de atuação e pós graduação, pertencentes ao quadro efetivo. Destes, três professores (um masculino e dois femininos) do Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas - Ensino Fundamental e Médio e uma professora da Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR e Barracão/PR.

Os professores do Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas - Ensino Fundamental e Médio são permanentes, não havendo muita rotatividade, a não ser devido à questão de afastamento médico por determinado tempo. Estes profissionais exercem a função de professor a mais de vinte anos, o que resulta em vasta experiência de práticas pedagógicas, como registramos a seguir:

A – Professor de educação física, de 53 anos, com pós graduação na área. Trabalha a 30 anos como professor da rede estadual de ensino do Paraná, vivendo a experimentação profissional em diversas escolas do município. Foi diretor em dois mandatos da escola qual trabalha atualmente, com jornada de quarenta horas semanais.

J – Professora de educação física, de 49 anos, com pós graduação na área. Trabalha como professora a mais de 32 anos, sendo aposentada no Estado de Santa Catarina/Brasil. Trabalha atualmente vinte horas semanais no Paraná/Brasil.

E – Professora de educação física, de 41 anos, com pós graduação na área. Trabalha 15 anos como professora, com jornada de trabalho no estado do Paraná/Brasil e Santa Catarina/Brasil.

D– Professora de biologia, de 34 anos, com pós graduação na área. Trabalha 12 anos como professora em várias escolas estaduais no município de Barracão/Paraná, para conseguir fechar a jornada de quarenta horas semanais.

L - Professora de biologia, de 46 anos, com pós graduação na área. Trabalha 24 anos em duas escolas estaduais do município de Barracão/Paraná, com jornada de quarenta horas semanais

M- Professora de biologia, de 50 anos, com pós graduação na área. Trabalhou como professora mais de 25 anos em várias escolas estaduais do município de Barracão/Paraná e Bom Jesus do Sul/Paraná. Atualmente possui jornada de quarenta horas semanais somente nesta escola.

Já os professores da Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR e Barracão/PR não são funcionários fixos nesta instituição, depende da ordem de classificação no momento da distribuição de aulas no início de cada ano letivo.

J – Professora de biologia, de 42 anos, com pós graduação na área Trabalha 15 anos como professora, na maioria das vezes, nos dois municípios, em Barracão/Paraná e Bom Jesus do Sul/Paraná para conseguir fechar as quarenta horas semanais.

T – Professora de educação física, de 34 anos, com pós graduação na área. Trabalha 12 anos como professora nos dois municípios, de Barracão/Paraná e Bom Jesus do Sul/Paraná para conseguir fechar as quarenta horas semanais.

O roteiro para entrevista foi elaborado seguindo orientações recebidas durante o curso de doutorado. Elaboramos uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas, para os entrevistados poderem discorrer sobre o tema proposto com maior seguridade do assunto, partindo de onze questões chaves.

É muito importante esclarecer que na pesquisa de natureza qualitativa, considera-se que o conhecimento científico não se legitima necessariamente pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas pela qualidade da expressão desses

A entrevista possibilita que o entrevistador repita a pergunta ou a formule de maneira diferente para garantir a obtenção de mais informação, a medida que estas vão sendo fornecidas. É uma técnica que visa a transferência de conhecimentos, permitindo ao entrevistador extrair maior quantidade de dados e se inteirar dos aspectos subjetivos dos agentes entrevistados.

O entrevistador deve cercar-se de cuidados e rigor que garantam a confiabilidade e veracidade dos dados coletados; às vezes, a entrevista nos permite adicionar outras perguntas oralmente para o melhor entendimento das colocações feitas pelos entrevistados.

Estas entrevistas foram realizadas individualmente no momento das horas de atividades dos professores envolvidos nesta pesquisa, nas próprias escolas investigadas, onde primeiramente receberam as devidas explicações, para depois estarem participando através das respostas sobre o tema. Cada entrevista teve duração de aproximadamente duas horas de atividades, isto é, noventa minutos, dependendo se o entrevistado permitia gravação ou preferia conversar sobre as perguntas e completar com relatos escritos a serem entregue depois.

O grupo de professores entrevistados não significa somente a participação na pesquisa, eles também são colegas de trabalho que dividem comigo as angústias e preocupações do ofício de ser professor nos dias de hoje. Realizar o confronto entre o discurso teórico acadêmico e as práticas pedagógicas do ensino aprendizagem na escola, mostrou um pouco do trabalho que desenvolvo como pedagoga, já que faço parte também dessa realidade.

A minha caminhada na educação completa vinte e cinco anos. Atuei como professora e pedagoga em escola pública do estado do Paraná, atualmente sou pedagoga no Colégio Estadual

Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas – EFM, cursei pós graduação nesta área. Estou todos os dias em contato com os professores, no momento do planejamento, na sala de aula quando necessário, em grupos de estudos, reuniões pedagógicas, e também nos momentos de hora atividade dos professores.

No desenvolvimento do meu trabalho e no contato direto com professores, tenho experiências pedagógicas amplas devido aos anos trabalhados, assim posso interceder junto aos outros educadores para a construção de uma nova visão de mundo, caso seja necessário a efetivação do resultado deste estudo.

Nos últimos tempos, tenho me questionado sobre os afazeres da escola e a forma de como é o sistema educacional brasileiro. Participando ativamente do cenário, integrada ao meio, passei a analisar a forma e a prática que se apresentavam no contexto da escola em relação ao conteúdo de gênero e sexualidade.

Ciente da necessidade de leituras a respeito do assunto, juntamente com minhas experiências profissionais e através da pesquisa, com o objetivo de adquirir a compreensão maior e mais crítica dos temas que envolvem este conteúdo, que extrapolam os muros da escola.

Procuro assim entender como a escola contribui para a formação humana, derrubando ou reproduzindo práticas discriminatórias, favorecendo ou dificultando a edificação de um ambiente próprio para a construção de uma nova visão crítica de mundo, condizente com um Projeto político pedagógico transformador.

5.1 PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Destacaremos a seguir as características fundamentais de cada escola envolvida neste estudo, para obtermos a compreensão da seleção destas na pesquisa.

É importante mencionar que o Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas - Ensino Fundamental e Médio está localizado na cidade de Barracão/PR, e a Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul-PR e Barracão/PR, está situada no interior do município de Bom Jesus do Sul/PR.

5.1.1 Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira De Freitas – Ensino Fundamental e Médio

O Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas - Ensino Fundamental e Médio, situa-se na Avenida Paraná, nº 247 no município de Barracão/PR. É uma escola pública, dependente do governo do estado do Paraná.

Durante os anos deste estudo, o colégio ofertou anualmente mais de vinte turmas nos três períodos – matutino, vespertino e noturno. No turno matutino e vespertino frequenta alunos matriculados no ensino fundamental; já no período matutino e noturno frequentam os alunos matriculados em turmas do ensino médio.

A demanda da escola compõe uma diretora e uma diretora auxiliar, quatro pedagogas, quarenta e um professores e quinze funcionários.

Disponibiliza o Centro de línguas estrangeiras modernas (CELEM), um curso extracurricular e gratuito de ensino de línguas estrangeiras das escolas da rede pública do estado do Paraná, destinado a alunos, professores, funcionários e à comunidade; oportuniza a Sala de recursos multifuncional tipo I, com atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na rede pública de ensino, com o objetivo de apoiar o sistema de ensino e complementar a escolarização; também a Sala de apoio à aprendizagem com o objetivo de atender às dificuldades de aprendizagem de crianças que frequentam as séries finais do ensino fundamental. Esses alunos participam de aulas de língua portuguesa e matemática no contra turno, desenvolvendo atividades que visam a superação das dificuldades referentes aos conteúdos dessas disciplinas; oferece o Programa de atividade complementar curricular em contra turno com práticas integradas ao currículo escolar que oportunizam a aprendizagem e visam ampliar a formação do aluno; é destinado a alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como para as necessidades sócio educacionais, atividades organizadas nas áreas do conhecimento, articuladas aos componentes curriculares, nos macro campos que a escola pode escolher, nesta instituição está em andamento (neste ano letivo) o “Aprofundamento da aprendizagem e esporte e lazer”.

Possui laboratório de informática com rede de internet, laboratório de ciências, biblioteca, ginásios de esporte, como espaços que visam contribuir no processo da aprendizagem.

Os alunos são provenientes do centro, de bairros e do interior do município de Barracão/PR, 80% são moradores urbanos e 20% oriundos da zona rural que utilizam o transporte escolar; possui alunos que residem no município vizinho de Dionísio Cerqueira/SC (necessário ter a compreensão que estes municípios são fronteira interestadual entre Barracão/PR e Dionísio Cerqueira/SC (Brasil), e também fronteira internacional com Bernardo de Yrigoyen (Argentina) formando assim a Tri-Fronteira.

Cerca de 20% das famílias recebem algum benefício do governo federal (Bolsa família, Leite das crianças). Constatou-se que aproximadamente 80% dos membros das famílias dos alunos apresentam escolaridade dentre os quais são: 10% possuem ensino superior, 25% ensino médio e 45% ensino fundamental.

Conseqüentemente esta integração de alunos com perfis diversificados, vivências sociais e culturais variadas, amplia a responsabilidade do processo de aprendizagem. Além do mais, são filhos de famílias de pequenos agricultores, de proprietários de comércios, de funcionários municipais e públicos, de empregados nos mais variados setores.

5.1.2 Casa Familiar Rural de Bom Jesus Do Sul/PR e Barracão/PR

Casa Familiar Rural de Bom Jesus do Sul/PR e Barracão/PR, situada no interior do município de Bom Jesus do Sul/PR, proporciona uma formação de ensino médio de duração de três anos, com documento de certificação ofertado pela escola base Colégio Estadual Bom Jesus, do mesmo município.

O conhecimento teórico é trabalhado na escola com a vinculação do conhecimento prático vivido na propriedade, ou seja:

- Uma semana na propriedade: o aluno discute a realidade da propriedade com a família de forma reflexiva; levanta os problemas e planeja as ações com a participação da família; realiza experiências na propriedade; e irradia novas técnicas para outros agricultores da comunidade.

- Uma semana na Casa Familiar Rural: o jovem busca novos conhecimentos para resolução dos problemas; recebe uma formação geral integrada com a formação técnica e uma formação humana e social, através de palestras, e promove o desenvolvimento de espírito de grupo.

Os conteúdos do programa encontram-se abordados e associados de maneira cruzada e interdisciplinar, as possibilidades de construção de sentido pelo alternante, de relação e articulação entre os saberes e as aprendizagens, se veem otimizadas (GICOMET, 2007).

Para melhor compreensão do funcionamento desta instituição de ensino, se faz necessário relatar a sua origem e sua finalidade, qual diferencia totalmente da outra escola pública. As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França em 1937, com a iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, sugerindo uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Estavam preocupados com alguns fatores que vinham ocorrendo, como o abandono do campo, a crescente urbanização e o desenvolvimento do capitalismo.

A partir da iniciativa de três agricultores e do padre Grannereau, do povoado de Sérignac-Peboudou em Lot-et-Garone - França, aconteceu a primeira experiência em alternância onde os jovens ficavam reunidos uma semana em local apropriado (casa paroquial) e três semanas na propriedade familiar. O objetivo maior da proposta era unir a educação escolar com os conhecimentos da prática profissional do campo. Acreditavam que o conhecimento vinculado com a realidade teria maior sentido (GIMONET, 1999, p. 41).

A Itália primeiramente demonstrou interesse pela proposta, depois a Espanha, em 1966, e Portugal em 1984. A Casa Familiar Rural expandiu-se para os cinco continentes, em trinta países, com o mesmo ideal e responsabilidade com sentido de provocar o desenvolvimento global do meio.

No Brasil, a primeira experiência foi no estado do Espírito Santo, em 1969, mediado pelo padre Humberto Pietogrande através de um intercâmbio entre Brasil e a Itália. No sul do Brasil, a Casa Familiar Rural iniciou-se no estado do Paraná em 1987, nos municípios de Barracão/PR e Santo Antônio do Sudoeste/PR (cabe ressaltar que esta instituição envolvida na pesquisa é a mesma fundada em 1987 no município de Barracão/PR. Atualmente está localizada no município de Bom Jesus do Sul/PR, e continua pertencendo aos dois municípios).

Com apoio do governo, principalmente a partir de 1991, através da Secretaria Estadual de Educação (SEED) estabeleceram-se no Decreto nº 3.106 de março de 1994, subvenções referentes à assistência técnica, implantação, equipagem e manutenção das instalações, capacitação e recursos humanos, oficialização perante o Conselho estadual de educação para qualificar o trabalho pedagógico realizado por estas instituições (PARANÁ, 1994).

Em 1991, as Casas Familiares Rurais foram sendo implantadas nos outros estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, coordenadas pelas Associações Regionais (ARCAFAR), hoje são organizadas através da Confederação Nacional (CONACAFARB).

Esta modalidade de ensino dispõe de metodologia específica voltada a atender os agricultores e suas famílias, com embasamento pedagógico a pedagogia da alternância, com metodologia de formação profissional agrícola de nível técnico para jovens. Para Gimonet (1999, p. 45), a pedagogia da alternância, nas Casas Familiares Rurais oportuniza a prioridade da experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo como fonte de conhecimentos, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem.

Segundo Gimonet (2007, p.107), o educando aprende pesquisando e construindo, com métodos ativos e de apropriação no processo de produção de saberes. Estrutura-se na ação conjunta de formação entre a escola e a família, dispondo da relação entre o viver e o gerir a complexidade do cotidiano, com os seus paradoxos e suas idiossincrasias.

Busca atender às especificidades do aluno do campo e familiares, com características da agricultura contemporânea envolvendo novas formas de produção, acompanhando as Diretrizes curriculares nacionais em associação com as ferramentas pedagógicas, e ampla diversidade de culturas e complexidade na execução das suas atividades, pois os alunos são agentes fundamentais no processo, definem seu trabalho e buscam o desenvolvimento.

Uma equipe de monitores é responsável pela organização, dinamização das atividades docentes e pela elaboração, em conjunto com os pais da Associação da escola, do plano de formação. Os monitores têm apoio e assessoramento técnico e pedagógico das entidades locais e estaduais para acompanharem o projeto pessoal de cada jovem e as visitas nas famílias durante os períodos de alternâncias, possuem o compromisso de fazer com que todos os envolvidos (alunos, famílias, lideranças comunitárias, profissionais e instituições) interajam na formação integral do jovem, inclusive participa das aulas com os professores fazendo a interligação da prática com a teoria.

Os professores participam de todas as atividades da instituição, também acompanham os monitores nas visitas periodicamente às propriedades das famílias, fato esse que contribui de maneira decisiva para a aproximação entre os professores, a escola e as famílias.

Os alunos são provenientes do interior do município de Bom Jesus do Sul e do interior do município de Barracão/PR, e a maioria utiliza o transporte escolar.

Compreendemos que quanto mais afastadas estão as comunidades onde residem esses jovens, menos acesso eles possuem as informações.

Constatou-se que aproximadamente 80% dos membros das famílias dos alunos apresentam escolaridade até o ensino fundamental, conseqüentemente esta situação de escolaridade amplia a responsabilidade do processo de aprendizagem.

5.2 PERGUNTAS REALIZADAS NAS ENTREVISTAS

As questões a seguir foram formuladas com intuito de obter informações relevantes para esta pesquisa e estudo; por isso, ao longo do processo de escrita da tese, as respostas dos entrevistados são analisadas constantemente e interpretadas, quantas vezes forem necessárias.

1. Os conteúdos do planejamento na sua disciplina, sobre sexualidade, são ministrados de forma diferente entre meninos e meninas? Comente.
2. Como você trabalha o conteúdo sobre sexualidade na sala de aula, com suas turmas?
3. Você considera a sexualidade ainda um tabu na escola? Comente.
4. Você evidencia na sala de aula, e também fora da sala de aula, grupos de meninas e meninos para realização de atividades, ou são grupos mistos? O que observa?
5. Os alunos te procuram para perguntar, questionar ou desabafar sobre temáticas relacionadas à sexualidade?
6. Que papel você acha que exerce o professor quanto à maturação da sexualidade dos alunos?
7. Você identifica problemas, preconceitos, discriminações ligadas a gênero e sexualidade em suas aulas? Descreva o que tem observado.
8. Você tem dificuldade para trabalhar esses temas? Quais são essas dificuldades?
9. Para você, qual o papel que a escola deve desempenhar no que tange as questões de gênero e sexualidade?
10. Liste algumas ações discriminatórias que você observa na escola com relação às questões de gênero e sexualidade.
11. As questões sobre diferenças de gênero, assim como a sexualidade, são discutidas em reuniões pedagógicas entre você e os outros professores? Comente.

5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

O momento das análises das entrevistas é onde se obtém a apreciação minuciosa das respostas obtidas sobre como os professores estão lidando com a questão de gênero e sexualidade no ensino médio, levando em consideração, tanto o discurso pedagógico quanto a prática da sala de aula e da sociabilidade no espaço escolar.

A seguir a análise de acordo com cada pergunta realizada:

1. Os conteúdos do planejamento na sua disciplina, sobre sexualidade, são ministrados de forma diferente entre meninos e meninas? Comente.

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS –
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Os professores da disciplina de educação física com relação à primeira pergunta, responderam que não trabalham o conteúdo sobre gênero e sexualidade de maneira diferente entre meninos e meninas; procuram tratar o assunto em aulas mistas, pois consideram o momento propício para conversarem entre si e trocarem ideias.

Não separam para evitar que o domínio ou subordinação entre os gêneros continuem historicamente, assumindo o compromisso da transformação social e não da perpetuação.

Precisamos incentivar a formação de grupos heterogêneos nas atividades, para desmistificar as questões do masculino mantenedor do domínio sobre o feminino, historicamente trazido por várias gerações, pois além do sexo, todos nós somos seres humanos importantes (J).

Os professores lembram da importância de romper com a ideologia sexista que predomina na sociedade, para isso é primordial trabalhar a valorização do respeito entre meninos e meninas, independente da aula e do conteúdo, para favorecer na formação integral de cidadãos sem atitudes e pensamentos discriminatórios e preconceituosos, na tentativa de modificar as características construídas historicamente e socialmente do Brasil.

Os professores defendem claramente a coeducação, ou seja, trabalhar a equidade, a educação no processo do desenvolvimento integral do ser humano (afetivo, social, intelectual, motor, psicológico) em todas as atividades, para valorizar as diferentes potencialidades e habilidades dos meninos e das meninas.

O professor precisa trabalhar com as aulas coeducativas, envolvendo meninos e meninas juntos na mesma atividade, para que estas aulas tenham qualidade e fundamentos pedagógicos coerentes com o que se almeja, com objetivo de coeducação (A).

As aulas coeducativas contribuem para um melhor relacionamento entre os meninos e meninas, há maior entendimento entre estes, unindo-os e evitando competitividades (E).

Esclarecem que todos os profissionais da escola, independente de disciplina, deveriam proporcionar aos meninos e meninas a oportunidade de aprenderem a conviver com suas diferenças, desenvolver o respeito entre todos e não a discriminação, desmistificar a conduta

que a escola possui sem muitas vezes perceber, como por exemplo, separando “meninos pra cá e meninas pra lá” em atividades.

Em relação as aulas da disciplina de biologia, as professoras não separam os alunos para estudo e atividades sobre gênero e sexualidade, pois assim fica mais viável fazer um trabalho direcionado para a conscientização de que ambos os sexos precisam informações sobre o tema.

Portanto, consideram difícil desenvolver este conteúdo e os temas decorrentes ao assunto, pelo motivo das brincadeiras preconceituosas que os alunos fazem, sem mesmo ter o conhecimento necessário para a compreensão do que falam e de como falam (L).

Este tipo de comportamento expressa o machismo dos alunos (masculino), vivenciado na família e sociedade, e trazido nas atitudes e pensamentos. Como por exemplo, quando se utiliza as palavras corretas para designar os órgãos femininos, os meninos imediatamente pronunciam palavras vulgares que evidencia o desrespeito em relação ao feminino (M).

Podemos mencionar também sobre a importância da aula de orientação na prevenção da gravidez indesejada: os meninos se comportam como sendo descompromisso deles com os cuidados que se deve ter na relação sexual, evidencia-se o pensamento machista, consideram que já sabem tudo sobre a contracepção. Mas na realidade, os procedimentos que envolvem o simples ato da colocação e retirada da camisinha, é na verdade usada por eles, na maioria das vezes, sem o conhecimento básico e indispensável (D).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora da disciplina de educação física, com relação a primeira pergunta, não trabalha nenhum conteúdo separando meninos e meninas. Esta disciplina é uma das áreas do conhecimento humano ligada ao estudo da cultura corporal de movimento, por isso, precisa fazer com que os alunos identifiquem seu corpo como um todo, para se expressarem por meio do movimento, sentimentos e atuações, almejando contribuir no desenvolvimento dos aspectos relacionados ao processo de socialização e autoestima (T).

A professora observa claramente a necessidade de trabalhar a autoestima com os alunos devido ao meio onde residem, muitos se consideram inferiores e se demonstram desmotivados por serem filhos de colonos (pequenos agricultores que residem no interior do município).

Na disciplina de biologia, a professora também não separa os meninos e as meninas para trabalhar este conteúdo, considera que este aspecto da educação já foi conquistado, estando

juntos facilita a interação do conhecimento para melhor compreensão sobre assuntos importantes que visa a formação como cidadão, inclusive sobre gênero e sexualidade; residem em locais de pouco acesso a informações, desta maneira, todos devem participar das aulas e eventos e aproveitar as informações (J).

2. Como você trabalha o conteúdo sobre sexualidade na sala de aula, com suas turmas?

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Os professores da disciplina de educação física, com relação à segunda pergunta, dois dos professores de educação física relataram que trabalham sobre gênero e sexualidade uma vez durante o ano letivo, através de aulas expositivas com subsídio de textos referentes ao assunto, e quando possível, realizam conversas no direcionamento para debates entre os presentes.

Já o outro professor desta disciplina ressalta que devemos lembrar primeiro que muitos colegas de profissão são frutos de uma educação orientada para o conformismo e para a reprodução da sociedade, assim admite que trabalha mediante situações que eventualmente ocorrem durante as aulas, enfatizando mais a questão relacionadas a discriminação de gênero (A).

Duas professoras de biologia falaram que suas aulas são expositivas; utilizam recortes de filmes, trabalhos em grupos, interpretação de informativos e textos, mas sugerem uma complementação do assunto através de palestras com outro profissional como o psicólogo (D, L).

Outro professor de biologia desenvolve o conteúdo de gênero e sexualidade com naturalidade, abordando o tema com nomenclaturas corretas para a desconstrução de ideias e conceitos errados; mesmo assim há a preocupação de como falar sobre estes conteúdos relacionados a temas subsequentes, sem sensibilizar os alunos que possuem vivências pessoais negativas (M).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física não desenvolve o tema, considera primordial na escola atividades que favoreçam a autoestima dos alunos. O conhecimento recebido na universidade é um dos empecilhos para encarar certos temas com as turmas; quando ocorre algum fato relacionado a gênero e sexualidade, procura a direção e a equipe pedagógica, sugerindo uma palestra com profissional da área de saúde, por considerar seu conhecimento insuficiente.

A professora de biologia trabalha o conteúdo gênero e sexualidade, somente com enfoque aos cuidados com as doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, para os alunos estarem cientes dos cuidados que devem ter para não acontecer a gravidez indesejada.

As professoras confirmam o que Vázquez (1977) adverte:

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.

A professora de biologia completa sua resposta se referindo a importância quanto as informações que os jovens precisariam ter, pois propicia o crescimento reflexivo, para que os alunos consigam escolher suas atitudes e comportamentos com apreensão.

3. Você considera a sexualidade ainda um tabu na escola? Comente.

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS –
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Com respeito à pergunta sobre se considera a sexualidade ainda um tabu na escola, os professores de educação física reconhecem que já se adquiriu avanços sobre o trabalho deste tema na escola, mas há muito para se efetivar a respeito da diversidade sexual.

Essa nova realidade de identidades de gênero e liberdade sexual, requer de nós profissionais da educação estudo e informação, para que os jovens, por falta de informações corretas, não se deixem levar aos desejos sexuais sem a formação de valores. É preciso instruir esses cidadãos em formação (J).

As professoras de biologia ressaltam que é necessário e urgente rever como trabalhar a questão de valores na escola para romper certos tabus. Este trabalho não pode ser só através de palestras com profissionais da área de saúde, muito menos somente quando ocorre algum questionamento durante a aula, é preciso ser contínuo com esclarecimento das dúvidas, preocupações e ansiedades, com abordagem significativa dos valores. A escola que possui um compromisso com uma nova prática na busca em vencer os preconceitos, trabalha com a pluralidade e com o respeito entre os sujeitos (D, L).

Portanto, o professor deve ter embasamento e desenvoltura, estudar para ministrar as aulas com metodologias diversificadas, além desse assunto trazer outros subtemas que precisam serem dominados. Se não houver adultos que ajudem com informações, conversando e refletindo sobre certas atitudes, os jovens ficarão à mercê de aprendizagens incorretas ou inapropriada (M).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física e a de biologia reconhecem a existência de tabus, acredita-se que as famílias dos alunos são conservadoras, inclusive pela falta de informação, o que dificulta pois fica a responsabilidade da educação sexual somente para a escola, entre tantos outros assuntos (T, J).

A participação da família neste processo seria fundamental, os professores não podem estarem sozinhos para trabalhar esta questão, requer uma postura onde a ação desenvolvida no espaço escolar seja complementar à educação iniciada pela família (J).

Diante dessa situação, os profissionais da escola devem estimular a reflexão dos jovens na problematização sobre o tema gênero e sexualidade, com as dúvidas trazidas por eles facilita a participação de todos no momento que é trabalhado este conteúdo.

Pois as professoras confirmam que, independentemente se concordamos ou não, o que Louro destaca sobre gênero e sexualidade “fazem parte das conversas entre estudantes, estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato na escola, nas falas e atitudes das professoras, funcionários e estudantes” (LOURO, 1997, p. 131), nada mais é do que a realidade das nossas escolas.

4. Você evidencia na sala de aula, e também fora da sala de aula, grupos de meninas e meninos para realização de atividades, ou são grupos mistos? O que observa?

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO

Com respeito à pergunta sobre se percebe, na sala de aula (e fora), a formação de grupos de meninas e meninos para realização de atividades, ou de grupos mistos, os professores de educação física responderam que os grupos são mistos nas atividades que envolvem teoria, se agrupam por afinidades. Mas nas aulas práticas, a tendência é se agruparem de acordo com o sexo.

Os professores desta disciplina, mencionam que procuram adaptar as regras de jogo ou esporte para evitar a exclusão de meninas, pois dependendo da atividade prática, os meninos se articulam a formação dos grupos com objetivo de vencerem, por eles se considerarem os mais fortes (A).

As professoras de biologia só fazem intervenção quando necessário, por exemplo quando um grupo fica composto somente de um dos gêneros ao longo de várias atividades, na maioria das vezes constataam a formação de grupos mistos naturalmente.

Os grupos mistos oportunizam a convivência entre os alunos, para que se observem, se descubram e aprendam entre si, objetivando a não discriminarem, sendo conhecedores das diferenças evitarão a reprodução de preconceitos, e de relações sociais autoritárias (M).

As professoras citam que o convívio entre os alunos, é enriquecedor, todos possuem histórias de vida diferentes, como também condições socioeconômicas diferentes, interesses culturais diversificados, participam de religiões diversificadas, e isso não pode ser esquecido no processo de aprendizagem (D, L).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física evidencia nas suas aulas a mistura de gêneros para as atividades, inclusive pelo número de alunos, nem todos gostam de jogar ou de participar de atividades diversificadas, então ela já possui o hábito de misturar meninos e meninas.

A professora de biologia, respondeu que precisa intermediar na formação de grupos, não pelo motivo de misturar meninos e meninas, mas por terem o costume de agruparem-se com os mesmos colegas, com o intuito principal de vencer; utiliza metodologias para separar os grupos no momento das atividades, todos possuem histórias de vida diferentes com interesses diversos, mesmo sendo filhos de pequenos agricultores, e estas características individuais precisam serem valorizadas para a aprendizagem.

5. Os alunos te procuram para perguntar, questionar ou desabafar sobre temáticas relacionadas à sexualidade?

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Perante a pergunta sobre se os alunos perguntam sobre temáticas relacionadas à sexualidade, dois professores de educação física comentaram que os alunos procuram tirar as dúvidas sobre o assunto e para contar suas histórias de vida (A, E).

Me procuram quando buscam respostas para certas dúvidas, como por exemplo: aconteceu a relação sexual e há preocupação sobre possível gravidez. Eles querem conversar sobre assuntos que estejam causando angustia, como por exemplo: namoro que os pais não aceitam.

Outra professora destacou que os alunos do período noturno lhe procuram com mais intensidade, pelo motivo de possuírem experiências de vida diferente, pois já precisam trabalhar e ajudar no sustento da família, buscam informações através das conversas, confiantes em obter os esclarecimentos sobre seus problemas, sendo estes assuntos referentes a vida particular como exemplo: entender o método eficaz para evitar gravidez indesejada e como se prevenir de doenças. É o momento que eles precisam falar e serem ouvidos (J).

As professoras de biologia responderam que é constante a procura de meninos e meninas querendo tirar dúvidas, sanar a falta de conhecimento, lembram que na área que atuam, são consideradas as únicas detentoras do saber sobre sexualidade, e isso não é correto.

A procura dos alunos, depende muito da interação entre professor e aluno. Esta interação deve ter confiança e respeito para o professor orientar o aluno, pois este momento não pode ser considerado apenas uma transferência de conhecimento, está envolvendo aspectos emocionais e afetivos (D).

A professora de educação física comentou que poucos alunos lhe procuraram para conversar, tirar dúvidas ou pedir conselhos sobre o assunto de gênero e sexualidade, já foi solicitada pelos alunos, mas não sobre este tema, mesmo assim sabe da importância de ouvi-los, já que estão procurando e confiando nela (T).

Quanto a professora de biologia, comenta que constantemente é procurada, pois trabalha muitos anos na escola, possui contato e conhecimento deles; conta que quando é procurada, se dispõe a ouvir e tirar as dúvidas trazidas pelos alunos, comenta que como professora tenta fazer a interação dela com aquele que lhe confia.

É através desta interação que posso tornar o aluno um ser capaz de agir e intervir nas suas próprias ações, quando estas precisam ser melhoradas. Lembra o que diz Freire (1996, p. 47) mal se imagina o que pode passar a se presentear na vida de um aluno com um simples gesto do professor (J).

Uma simples conversa, um bate-papo aparentemente insignificante, contribui no processo educativo, transformador e de construção para a cidadania (J).

6. Que papel você acha que exerce o professor quanto à maturação da sexualidade dos alunos?

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Quando fizemos a pergunta sobre o papel que exerce o professor quanto a maturação da sexualidade dos alunos, os três professores de educação física responderam que deve-se atender adequadamente à curiosidade do aluno com propriedade, dando conta dos questionamentos, conduzindo o aluno a criar possibilidades, colocando-se como mediador, facilitador do processo da identidade de gênero, ou seja da maturação sexual (A, E).

Sabemos que como professores, fizemos além do ensinar na sala de aula, estamos orientando, conduzindo, refletindo junto com o aluno maneiras de agir frente às situações da vida familiar e social. Eles precisam muito de diálogo, e é este o momento que precisamos fazer a percepção de que necessitam valorizar o seu corpo, respeitando a si mesmo (J).

Precisamos fazer com que os alunos se valorizem como ser humano, não continuarem imaturos no agir sem pensar, ou porque os amigos agem de tal maneira, mas saber escolher o correto segundo seus valores (J).

Em relação as professoras de biologia, duas consideram que a maioria dos professores não estão conscientes do importante papel que ocupam em relação a certos assuntos/temas/conteúdos, e um desses é sobre gênero e sexualidade entre tantos outros (L, M).

A outra professora falou sobre o despreparo em lidar com este conteúdo, que é indispensável a busca do conhecimento e o entendimento, pois conhecer é refletir vislumbrando possibilidades de mudanças. (D).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física ressalta que muitas vezes, sem perceber, colaboramos na formação do aluno, incluindo a maturação da sexualidade. Consequentemente é fundamental para o professor ser conhecedor dos conteúdos de gênero e sexualidade e os subtemas, estes assuntos geram dúvidas, envolvem sentimentos, sensações de inquietações e curiosidades dos jovens.

A professora de biologia enfatiza a importância de contextualizar o assunto a ser trabalhado, levando em conta o contexto que o aluno está inserido, desta forma o professor deve estar preparado até mesmo com questões que não constam no programa curricular, mas precisam serem pesquisadas e estudadas por nossos educadores que fazem parte de nossas escolas (J).

Esclarece que o crescimento físico envolvendo a puberdade transforma o corpo, mas o desenvolvimento social e emocional acontece mais tarde no adolescente, muitas crianças passam pela maturação precoce, poucas são as que passam pela maturação tardia.

7. Você identifica problemas, preconceitos, discriminações ligadas a gênero e sexualidade em suas aulas? Descreva o que tem observado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Perante a pergunta sobre se identifica problemas, preconceitos, discriminações ligadas a gênero e sexualidade em suas aulas, um dos professores de educação física não percebe isso de forma habitual (E).

Os outros dois professores de educação física evidenciam o fato que as habilidades físicas dos meninos são mais acentuadas, isso faz eles se destacarem na maioria das atividades físicas; por este motivo os meninos excluem as meninas, para vencerem as atividades, já as meninas que possuem um corpo parecido com os meninos, sofrem preconceito com isso.

Muitas alunas gostam de futebol, e algumas destas apresentam o corpo diferente das demais, observando nelas uma musculatura mais desenvolvida e forte. Assim, são consideradas masculinas e elas se sentem discriminadas. São meninas, tanto por características biológicas como por escolha de identidade de gênero (J).

Uma professora de biologia, afirma que estamos vivendo um momento de intensas transformações sociais e de valores, juntamente com mudanças na questão da sexualidade, gerando indefinições, incertezas e angústias nos jovens, afirma que “Nós, professores, estamos cientes da realidade que vivenciamos na questão de gênero e sexualidade, precisamos urgente rever nossos conceitos” (M).

A segunda professora entrevistada de biologia, observa alguns meninos assumindo postura diferente dos demais, postura anormal perante os outros, como por exemplo: meninos que estão sempre com amigas meninas, meninos que possuem voz fina, meninos que caminham com um certo gingado, que sentam de maneira diferente, entre outros. Estes sim são visivelmente discriminados pelos outros meninos (L).

A terceira professora comenta que verifica a discriminação, pois está incutido nos meninos da sociedade em geral, que eles são os mais fortes da família, que são homens poderosos de acordo com os valores das famílias (D).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física descreveu situações discriminatórias entre os alunos, “brincadeiras” quando utilizam certas palavras em momentos de desentendimento nas aulas práticas, e até mesmo em momentos de não vencerem as atividades, dirigindo-se ao colega e chamando-o de gay, isto é, entre os meninos. Estes já trazem consigo uma cultura masculina, aprendem a se comportarem como “machos” fazendo piadas relacionadas ao gênero sexual, gozações ao colega quando este não possui capacidade física esperada e coragem suficiente (T).

É o momento ideal considerado pela professora para intervir, nessas situações de manifestação de intolerância e desrespeito, parando a aula e aproveitando para conversarem sobre a situação ocorrida, organizando uma roda de discussões na turma.

Nas aulas de biologia, a professora relatou que acontece discriminações de gênero quando trabalha o gênero e sexualidade, pois os alunos trazem a cultura do machismo, prevalecendo esta questão em famílias sem muito acesso a informações, não permitindo uma certa evolução referente às diferenças e às igualdades (J).

Ressalta que estas diferenças reconhecidas entre os jovens induzem para uma aprendizagem mais consciente na busca da transformação destes pensamentos, através de metodologias que visam construir para uma sociedade mais justa no reconhecimento das diversas identidades.

8. Você tem dificuldade para trabalhar esses temas? Quais são essas dificuldades?

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Com relação à pergunta sobre se têm dificuldade para trabalhar esses temas, e quais são as dificuldades, um dos professores de educação física admite que possui dificuldade, devido a sua insuficiente formação acadêmica, consciente que está sem preparo e domínio sobre a questão de gênero e sexualidade. Além disso, possui preocupação em relação aos cuidados que devemos ter quando este tema é abordado com os alunos, devido aos aspectos religiosos, culturais, sociais e preconceituosos que estão inclusos (A).

Adverte que além de buscar conhecimento sobre o assunto, requer em primeiro lugar, um trabalho com os pais/responsáveis para a conscientização da inclusão do tema nas aulas, explicando o princípio norteador deste trabalho do professor com respeito às possíveis diferenças culturais entre as famílias, considera primordial para que estas informações sejam aplicadas na vida desses jovens (A).

As outras duas professoras, admitem também que se faz necessário a busca de maior conhecimento e compreensão sobre o tema, repensando a prática pedagógica a ser desenvolvida nas turmas, pois na medida em que o professor cria situações no processo de ensinar, vai fornecendo instrumentos capazes de ampliar a compreensão do objeto de estudo pelos jovens (J, E).

Um das professoras completa sua fala levantando a questão da falta de material didático para trabalhar com metodologias diversificadas, e a falta da inter-relação dos pais com os filhos e escola, com esta realidade não se atinge a transmissão desses conhecimentos (E).

As respostas das professoras de biologia, evidenciam o problema de não terem recebido conhecimento acadêmico suficiente para trabalhar, isto que são vistos pelos colegas de outras áreas, os detentores do assunto.

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física reconhece que a insegurança para trabalhar o tema de gênero e sexualidade, devido à falta de conhecimento; a comunidade escolar é composta por diversas religiões, valores, enfim, os alunos trazem consigo já uma maneira de pensar sobre vários temas, inclusive este, é conflituoso entrar neste conteúdo sem ter informações satisfatórias (T).

A professora de biologia percebe que os alunos possuem necessidade de informações sobre o conteúdo, quando possível, prepara textos que envolvam até mesmo os subtemas. “A comunidade escolar não possui acesso a variados meios de informação, eu preparo o material e utilizo o que considero essencial “.

Completa se surpreendendo da ousadia dos profissionais da educação em utilizarem métodos pouco convencionais, coerentes com práticas transformadoras, pois exige deste profissional uma força interior para este novo processo.

Devemos orientar sobre gênero e sexualidade, mantendo uma postura crítica de maneira que nossos valores não influenciem, ao mesmo tempo, aceitar os valores dos alunos, que podem não serem os mesmos. Muitas vezes somos nós professores que precisamos desconstruir conceitos, para depois, construirmos novamente (J).

Defende que as aulas e metodologias são melhores quando se direcionam para o diálogo, oportuniza a participação de todos da turma, estimula novas práticas.

9. Para você, qual o papel que a escola deve desempenhar no que tange as questões de gênero e sexualidade?

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO

Sobre o papel que a escola deve desempenhar no que tange as questões de gênero e sexualidade, para os três professores, a escola deve ser mediadora desse processo, com objetivo de desmitificar as diferenças e os preconceitos. Para isso, esses temas que compõem o cotidiano da escola e que proporciona os jovens ao conhecimento, oportuniza os mesmos a formar opinião a respeito do que lhe é apresentado, discutir sobre os tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, para conseguirem tomar atitudes coerentes (J).

Todas as instituições educacionais possuem o compromisso na construção da cidadania, portanto, contribui na formação dos jovens, estimulando-os a serem ativos e principalmente conscientes das atitudes (E).

Uma das professoras de biologia escreveu sobre o compromisso de ser professor.

Educar é fazer com que o jovem se torne cada vez mais informado em relação a esta temática para que possa administrar a construção de sua maturidade emocional e depois possa realizar sua escolha sexual com responsabilidade conscientemente, para se inserir na sociedade (M).

As outras duas professoras concordam que há temas que seria necessário fazer parte do cotidiano escolar, este seria um deles, para estar informando os jovens para refletirem na tentativa de diminuir seus anseios e angústias que muitas vezes, lhes impedem de viver melhor (L, D).

Esta temática tem sido um dos desafios apresentados para todos nós professores, mas a grande maioria não desenvolve nenhuma atividade que venha contribuir, e esta abordagem acaba ficando por conta dos professores de biologia (L).

Atualmente, a escola vai além da educação ligada ao ensino propriamente dito. O compromisso da instituição de ensino se amplia na medida em que a situação social não permite que os pais consigam educar seus filhos primeiramente, para depois a escola lapidar o crescimento da educação do indivíduo, tanto na parte formativa como da parte do conhecimento (L).

A professora de educação física escreve que a escola precisa compreender que é um direito humano e social dos alunos o conhecimento sobre gênero e sexualidade, onde eles terão reconhecimento como sujeito, reconhecidos com seus direitos sexuais como direitos humanos, através do respeito à dignidade da pessoa, à integridade física e mental, à autonomia e à intimidade. Confirmando os escritos de Guimarães (1995), precisamos trabalhar juntamente com a família, para que ela entenda a responsabilidade que possui nessa formação integral do seu filho.

A professora de biologia percebe claramente a importância da escola em trabalhar estes conteúdos considerados ainda por vários professores, conteúdos somente da área das ciências biológicas, primeiramente todos os professores necessitam estarem conscientes que fazem parte deste processo, incorporando a busca do conhecimento, inovando as aulas através da utilização de metodologias que permitam reflexões pertinentes, para desmistificar diferenças e preconceitos (J).

A professora acrescenta o pensamento de acordo com o que ressalta Louro (1997, p. 57), da importância de desmistificar as diferenças e desigualdades, reconstruir valores e atitudes que permitam um olhar crítico sobre as identidades de gênero.

10. Liste algumas ações discriminatórias que você observa na escola com relação às questões de gênero e sexualidade.

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO

Perante o pedido de listar algumas ações discriminatórias observadas na escola com relação às questões de gênero e sexualidade, dois professores de educação física, percebem certas piadas entre os alunos, palavras preconceituosas em relação a gênero e sexualidade, as chamadas “brincadeiras” como justificam.

Os mesmos professores citam que a sociedade historicamente é sexista e por isso existem certas condutas e formas de comportamentos, destacam a diferença entre os sexos feminino e masculino, que são aprendidas e interiorizadas, e que envolvem valores e tradições. Isto é, preconceitos e discriminações são construções culturais que existem nas relações, o papel

do professor é proporcionar discussões sobre o tema, com aprofundamento teórico, na tentativa de desconstruir esta divergência entre os sexos (J, E).

Um dos professores afirma não perceber questões discriminatórias diárias, mas quando acontece em suas aulas está ciente da sua atitude, através de um momento de parada para analisar a ação que aconteceu no coletivo, principalmente fazer questionamentos para que as respostas dessas reflexões partam dos próprios jovens, com o objetivo da compreensão de que todos devem se respeitar, independentemente de suas características pessoais (A).

As professoras de biologia citam a questão da sociedade machista, ressaltam o controle existente de um gênero sobre o outro, e pelos estereótipos sexuais.

Uma das professoras sublinha que “quando a menina e o menino iniciam na escola, já foram ensinados pela família a respeito de como deve agir uma menina e como deve agir um menino” (M).

Referente a isto, outra professora cita a observação de Louro (1997, p. 57) qual pontua em seus escritos sobre gênero e sexualidade, citando que a escola não é apenas um espaço para a transmissão de conhecimentos, ela produz e reproduz modelos sociais para a manutenção da sociedade construída com diferenças e numa perspectiva sexista. Mas também pode desenvolver atividades que favoreçam na desconstrução referente as discriminações impregnadas socialmente (L).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física enfrenta nas aulas as “brincadeiras” que são feitas, meninos discriminando meninas devido a força física, evidencia-se os princípios machistas que foram transmitidos aos filhos homens da família. Comenta que a discriminação e o preconceito são opiniões formadas sem reflexão, adquirindo conceito antecipado sobre a pessoa, manifestando o que aprendeu e vivenciou no contexto que está inserido.

A professora de biologia expõe sua ideia de que a escola ocupa um papel importante na superação à discriminação e o preconceito, com um trabalho sistemático e crítico na formação de valores, mesmo que esses alunos já trazem consigo valores adquiridos dentro do contexto em que vivem. Como que podemos fazer com que a escola não contribua para reprodução de práticas discriminatórias? Pois a escola é um lugar que pode intervir na consciência dos jovens para uma nova visão crítica do mundo, com humanização.

11. As questões sobre diferenças de gênero, assim como a sexualidade, são discutidas em reuniões pedagógicas entre você e os outros professores? Comente.

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO

Com respeito à pergunta sobre se as questões a respeito das diferenças de gênero e sexualidade são discutidas em reuniões pedagógicas entre os professores, um dos professores de educação física adverte que são discutidas quando as temáticas estão sendo contempladas, mas não são aprofundadas (A).

Outra professora comenta que mesmo sendo necessário este tema ser discutido por todos os professores, não acontece, é o desafio para a direção e demais profissionais da educação, abordar constantemente temas essenciais e importantes como os momentos de estudo (J).

A terceira professora da área, cita que o tema gera insegurança ao trabalhar com os próprios colegas de trabalho, que precisa ser com direções claras, “Esses desafios fazem parte do Projeto político pedagógico da escola, nele está inserido sobre que sujeitos queremos formar, e também sobre a função social da escola na atualidade” (E).

Acrescenta sobre as ações da escola referente a este tema, quais se apresenta nos documentos essenciais da escola, inclusas no Projeto político pedagógico e no Regimento escolar (E).

Uma das professoras de biologia escreve que raramente participou de algum estudo na escola sobre este tema. O que ela elabora e desenvolve sobre este conteúdo, é na busca de informações segundo alguns autores, e de acordo com as DCEs (L).

As outras duas professoras mencionam a participação em algumas formações que fizeram fora do espaço escolar. Pois é muito comentado na escola a questão da diversidade, mas não exclusivo sobre gênero e sexualidade (M, D).

CASA FAMILIAR RURAL

A professora de educação física expressa em sua fala que em todas as escolas que trabalhou até o momento, nenhuma delas aprofundou a temática de gênero e sexualidade em estudos específicos ou mesmo dentro do momento do planejamento dos conteúdos. Lembra que

as formações acadêmicas não apresentavam disciplinas com subsídios teóricos para trabalhar esta temática nas escolas.

A professora de biologia menciona que este tema está presente nos meios de comunicação, nas músicas, em filmes, está na formação de novos tipos de famílias. É preciso que ele esteja presente na formação continuada que corresponda às expectativas em relação ao processo de aprendizagem, para depois oferecer aos alunos um conhecimento significativo.

5.4 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES NAS DUAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NA PESQUISA, DURANTE OS INTERVALOS, RECREIOS E NA SALA DE AULA.

A observação no tempo/espaço possibilita verificar a recorrência e a relevância de determinadas situações para conhecer algumas dimensões da prática educativa, através da observação evidenciamos a importância da vivência entre os alunos no processo de aprendizagem.

5.4.1 Observação nos Recreios

Ao escolhermos a observação direta e livre como um dos recursos metodológicos da pesquisa, apostamos na convivência com alunos e professores no cotidiano escolar para compreendermos melhor e nos aproximarmos dos sujeitos da pesquisa. Estas observações dos recreios e intervalos de aulas foram realizadas no período de 22/02/2016 a 05/05/2016.

Esta etapa de observação possui o objetivo de complementar as entrevistas e a pesquisa bibliográfica sobre gênero e sexualidade nas duas escolas envolvidas neste estudo.

Para a realização desta observação, elencamos alguns itens para ajudar no momento da observação como: o cotidiano das escolas, as relações que emergem no recreio sendo este um espaço de socialização; como o tempo é ocupado pelos alunos com liberdade vigiada; a relação de gênero (meninos e meninas ficam juntos ou separados).

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO

No período matutino, são alunos matriculados no ensino médio. Não há necessidade de todos profissionais permanecerem no recreio para acompanhar os alunos, então quem acompanha são os agentes I (serventes), enquanto os demais se direcionam para a sala dos professores para descansar e lanchar, a secretaria continua com seu trabalho normal. Eu como pedagoga procuro ficar com os professores, sempre tenho alguma informação para passar individualmente, como também, eles desejam falar comigo nesses quinze minutos de duração do recreio.

Alguns alunos aproveitam para ir até a biblioteca; outros ficam sentados individualmente ou em grupos (mistos ou separados por gênero), conversando e lanchando; outros de pé em grupos conversando e lanchando; o espaço físico é pequeno, dispõe de um saguão interno com mesas e bancos, um saguão externo com uma parte coberta dispendo de mesas e bancos, e nas duas laterais da escola possui pátio com jardins e árvore.

Existem regras a serem cumpridas: no momento que inicia o recreio os alunos se direcionam para fila da merenda, (filas mistas), depois de comer devem limpar as louças nos vasilhames destinados, colocam a louça suja e o restante da merenda separadamente; as filas são utilizadas apenas para organização e cumprimento de direitos, é uma medida disciplinadora.

Os alunos aproveitam para extravasar as energias, colocar a conversa em dia, suas vozes se misturam de forma contínua e só a sirene, como sinal de retorno para a sala de aula, faz com que comecem a silenciar, pois é um dos momentos mais agitados da escola, lembrando que além de comer a merenda, este tempo é destinado a ida ao banheiro para higiene pessoal.

O convívio entre os membros do grupo que se reúnem nos recreios é evidente, são os mesmos sempre e raramente com um aluno diferente, cada qual com seus valores interagindo entre eles, os aprendizados informalmente são adquiridos neste contato, surgindo a cultura variante do grupo.

É o que Louro (1997, p. 74) apresenta sobre o espaço da escola:

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros, os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar) fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras.

O que chamou minha atenção foi o fato de que as meninas procuram participar das atividades onde se aglomeram os meninos, em contra partida, os meninos não procuram participar das atividades onde se aglomeram meninas.

Através do contato direto e constante no dia-a-dia escolar, sendo esta a escola qual trabalho, mantenho uma preocupação contínua com o processo de aprendizagem, procurando à luz de um quadro teórico fundamentado que oriente a interpretação desta observação.

CASA FAMILIAR RURAL

Na hora do recreio, os professores se direcionam para a sala dos professores para descansar e lanchar, enquanto os alunos aproveitam para conversar, trocar ideias, lanchar, se descontraírem um pouco com os colegas em grupos (mistos ou separados por gênero), alguns sentados e outros de pé conversando e lanchando neste momento de quinze minutos de duração.

Não esquecendo que a primeira ação da maioria dos jovens é entrar na fila para receber a merenda.

Nenhuma pessoa fica para observar os alunos, a direção, equipe pedagógica, professores e funcionários acreditam que não há necessidade. O pátio não é grande, mas o suficiente para este momento.

Os meninos são mais agitados, procuram chamar atenção das meninas com a força corporal, treinam luta no pátio. O que Arroyo (2004, p. 134) nos leva a compreender, pois os corpos revelam os enigmas de sua existência, e à escola, mais do que disciplinar os corpos, cabe “ver, ler e entender a pluralidade de marcas de gênero, raça, etnia, classe, condição social que carregam os corpos dos alunos”.

Observa-se que as meninas são menos agitadas no recreio, ocupam um espaço para sentar e conversar de maneira tranquila, independentemente de como se portam, os corpos revelam enigmas através das atitudes também.

Posso afirmar que o recreio é um momento muito desejado por estes jovens, pois é nesse espaço/tempo que aproveitam para extravasar as energias, colocar o papo em dia enquanto comem a merenda, pelo fato de que residem longe um do outro. Então na semana que estão na escola precisam aproveitar, e com certeza precisam colocar a conversa em dia.

É muito valioso ficar conversando com alguns jovens no recreio, tive esta experiência, sem mencionar sobre o que estava fazendo ali, em alguns dos recreios, a maioria das meninas se aproximavam para conversar comigo, contando o que já tinham aprendido na escola e aplicado na propriedade da família.

Percebi que o convívio na escola traz lições significativas e educativas para os jovens desta instituição de ensino, por isso as experiências informais são importantes para instigar a responsabilidade destes, onde obtém outra visão de mundo, seja no recreio e durante as aulas.

5.4.2 Observação nas Salas de Aulas

Para obter maiores informações sobre o tema pesquisado, realizei as entrevistas com os professores de educação física e biologia, observei os recreios das duas escolas relatados acima, e também assisti aulas dessas duas disciplinas nas duas escolas. Estas observações foram realizadas no período de 01/08/2016 a 30/09/2016.

No período de observação em sala de aula, elencamos alguns critérios como itens para esta observação como: os conceitos trazidos pelos alunos nos diversos conteúdos trabalhados pelos professores, o nível de participação dos alunos nas aulas, também se os professores estimulam a turma para problematização dos assuntos e como os alunos se comportam entre eles.

COLÉGIO ESTADUAL DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

As salas de aula são compostas de carteiras e cadeiras em fileiras, com o quadro branco ocupando a parede da frente da sala, as mesas são do mesmo tamanho para todos os jovens utilizarem independente das diferentes constituições físicas.

A mesa do professor é maior que a dos alunos, situada na frente da sala, ao lado do quadro branco; portanto, as atividades diversificadas sofrem limitações em função do espaço na sala de aula de acordo com o grande número de alunos.

Mesmo que os jovens possuem outros espaços na escola, como a sala de informática, laboratório de ciências, biblioteca, ginásio de esporte, é na sala de aula que ficam o maior tempo do período que estão na escola.

Durante as primeiras aulas observadas, em um determinado dia, as turmas foram comunicadas que iriam participar de uma palestra com alguns profissionais da saúde, então os alunos receberam as informações sobre saúde sexual, não de forma intencional e sistematizada como o currículo pedagógico almeja, mas com um caráter descontínuo e insuficiente, não

satisfazendo as curiosidades e assim não ocorrendo mudanças grandes relevantes no processo educativo.

Durante a palestra os alunos demonstraram interesse, mas juntamente com aflição em questionar para obter esclarecimento das dúvidas; os palestrantes não eram pessoas do convívio escolar, isso dificultou a interação entre os palestrantes e os jovens.

Para a maioria dos professores o conteúdo foi repassado através da palestra, mas especialmente para os professores das disciplinas de educação física e biologia, isso foi somente o básico de informações.

Nesse período de observação, presenciei uma aula onde a professora trabalhou o tema sexualidade, abordou o assunto no intuito de esclarecer os alunos os riscos das doenças sexualmente transmissíveis e sobre a gravidez indesejada, orientou para a prevenção, utilizou-se de vídeo pedagógico sobre o tema para finalizar as duas aulas com a turma; neste momento constatei a carência de conhecimento da turma sobre o tema, demonstravam vontade para conhecer e entender sobre as questões referentes a prática sexual.

Observei também que este momento pode ser considerado como um processo de intervenção pedagógica, onde o professor precisa contextualizar, informar, problematizar, desmistificar as questões relacionadas à sexualidade, incluindo o entendimento sobre as crenças, tabus e valores sociais associados à sexualidade.

CASA FAMILIAR RURAL

Nesta instituição, nos dias de observação tive a oportunidade de presenciar uma aula em que a professora trabalhou a sexualidade, utilizou metodologias participativas, com isso abriu espaço para reflexão e questionamento onde os alunos puderam refletir seus próprios conceitos pré-estabelecidos, e tiveram oportunidade de superar conceitos já existentes; a professora não usufruiu de materiais pedagógicos, mas direcionou a participação da grande maioria.

Observei que nem todos os relatos, as experiências trazidas pelos alunos foram discutidas e aproveitadas, ficou evidente o despreparo da professora, a dificuldade em ela conseguir ter o diálogo sobre o tema gênero e sexualidade; também observei os comentários de vários alunos sobre o não diálogo com a família sobre este tema, comentaram que reconhecem a timidez dos pais e por isso evitam de falar sobre o assunto.

Percebeu-se que alguns dos alunos possuem pais mais rígidos e os mesmos impõem normas de conduta para conseguirem o domínio da vida do filho, principalmente no aspecto da sexualidade.

6. CONCLUSÃO

Rever um pouco da história da sexualidade serviu para percebermos que a sociedade em que vivemos se encontra ainda, dividida, assimétrica e hierarquizada, separando como superiores e inferiores, segundo critérios que precisam ser discutidos e desmistificados. A discussão, entretanto, não pode ser isolada, mas articulada a outras formas de desigualdade e discriminação, típicas da sociedade capitalista, englobando a totalidade econômica, política e social, que precisa ser revista, uma vez que a luta pela igualdade de gênero não pode ser separada da luta por uma sociedade democrática.

Sabemos que há dificuldades de se trabalhar com certas questões na escola, dentre elas podemos destacar a questão de gênero e sexualidade, mas entendemos que a escola é uma importante instância social de transformação da sociedade, assim não pode deixar de assumir sua responsabilidade acerca da construção das identidades de gênero.

O assunto é polêmico, porém, a sexualidade é um componente fundamental da personalidade do ser humano, um modo de ser, de manifestar-se, de comunicar-se com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano, portanto, ela é parte integrante do desenvolvimento da personalidade e do processo educativo.

Diante deste contexto, as questões sobre gênero e sexualidade devem fazer parte do currículo das escolas e devem interferir no processo de ensino, importante na interação entre os conteúdos das disciplinas e o tema gênero e sexualidade numa abordagem transversal. Para isso se faz necessário primeiramente repensarmos os nossos próprios paradigmas e tentar construir uma prática que não simplesmente inclua, mas que repense e se reestruture a partir dos questionamentos que temos; isso significaria não simplesmente estes temas estarem adicionados ao currículo, mas a construção de um novo currículo e uma nova prática, a partir do diálogo entre diferentes grupos e sujeitos, sem ignorar os conflitos e a própria diferença em seu potencial pedagógico.

Devemos estar atentos tanto para as nossas atitudes, quanto para a nossa linguagem, procurando perceber e deletar o sexismo que, na maioria das vezes, a linguagem carrega e institui; para Louro (1997) a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui, ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças.

É indispensável enfatizar que a escola, como transmissora e produtora do saber social, ela tem uma grande importância na construção da cidadania, ela é fundamental na mudança da

concepção a respeito da igualdade entre os sexos e determinante na forma como os conteúdos sociais serão absorvidos pelos alunos, que por sua vez representa a renovação da sociedade.

Direitos sexuais são direitos humanos, não é função da escola coibir a prática sexual de alunos nem prescrever roteiros de vida para ninguém, portanto, o papel dos educadores tem a ver com ampliar as possibilidades, construir a reflexão crítica sobre o mundo e a autonomia de cada um para construir o seu próprio projeto de vida, por mais que ele seja completamente diferente das nossas expectativas. O papel social do educador intelectual transformador deve se direcionar para uma perspectiva emancipatório e de mediação entre as novas gerações e a cultura elaborada, tendo por horizonte a formação plena do ser humano, desenvolvendo a percepção de mundo, com vistas a agir com liberdade e autonomia, e a interagir onde vive, regido por princípios de respeito e solidariedade.

O papel da escola na educação sexual não é definir o que é certo ou errado, mas atuar propiciando aos alunos a oportunidade de promover o questionamento e a desmistificação da cultura, informando às novas gerações sobre as possibilidades e também sobre os problemas a serem enfrentados

Neste trabalho concluímos que a escola atual não tem conseguido realizar tal tarefa, uma vez que se mostra burocratizada e preocupada com a transmissão de conteúdos que, muitas vezes, não estão de acordo com a realidade dos alunos, não conduz os alunos ao entendimento de questões que envolvem a realidade do cotidiano destes sujeitos, como o assunto de gênero e sexualidade.

Por se tratar de um aspecto de grande relevância para o desenvolvimento e para a vida das pessoas, a educação sexual precisa ultrapassar o restrito tratamento biológico da potencialidade reprodutiva e constituir-se como uma forma de comunicação entre as pessoas, com o propósito de promover o ser humano, tornando-o cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua condição, para nela poder intervir e manifestar sua autonomia.

Atualmente evita-se incluir o assunto de gênero e sexualidade nas formações de professores, em reuniões de direção e professores, em encontros de pais; mesmo que a maioria dos educadores considera muito importante os alunos receberem informações decorrentes deste tema, pois faz parte do dia a dia deles como também subtemas relacionados. Alguns dos professores quando trabalham nas séries que lecionam este tema em suas aulas, o pouco material didático que utilizam é organizado por eles mesmo, de forma insegura e sem ter conhecimento suficiente para estar transmitindo este saber.

Os professores consideram difícil trabalhar o tema devido a cultura machista historicamente construída pelas diversas gerações, qual está impregnada nos valores recebidos pelos alunos através da convivência familiar; sendo que os meninos aproveitam o momento para fazer brincadeiras utilizando-se de gestos e palavras que transmitem preconceito e discriminação, com ênfase a recusa da igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais, enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino, sendo que o masculino está sempre em posição superior ao feminino.

Quando acontece algum caso de preconceito ou discriminação durante as aulas, alguns dos professores param a aula na tentativa de trabalhar o ocorrido, com o objetivo de conscientizar aos presentes no repasse de informações básicas e necessárias sobre gênero e sexualidade; utilizam nomenclaturas corretas para evitar as tais brincadeiras de mal gosto entre eles, esclarecem sobre os cuidados nas relações sexuais evitando a gravidez indesejada; depois procuram a direção da escola para contar o fato e sugerir uma conversação entre a turma com profissionais da saúde (enfermeiro, médico), para que os alunos esclareçam as dúvidas.

Os professores entrevistados recomendam para as direções das escolas a inclusão nas formações dos professores, o estudo, discussão e a reflexão de assuntos referentes ao gênero e sexualidade, com mais conhecimento os educadores se sentem mais seguros e podem interagir melhor com os alunos na sala de aula, através de análise e debate de textos informativos, artigos, músicas.

O processo de ensino e aprendizagem é complexo, e requer um preparo específico para todos os profissionais da educação; compreendendo ser necessário investir na formação inicial e continuada de professores, para que consigam implementar o trabalho na sala de aula, sendo fundamental desenvolver estudos e pesquisas para o aprofundamento em torno das relações de gênero e no campo da sexualidade, para que desse modo, seja possível as mudanças de concepção sobre estes temas, tanto as concepções dos próprios educadores como dos alunos.

Os professores precisam incorporar o debate dos temas trabalhados nas reuniões e estudos, com leituras críticas dos livros didáticos a serem utilizados, para que possam refletir sobre a prática escolar existente, e assim organizar e desenvolver trabalhos de maneira diversificada que abordem os temas de gênero e a sexualidade; com o intuito de estarem na direção de uma prática educativa na formação de uma sociedade igualitária nos diversos níveis das relações humanas.

Diante deste contexto apresentado podemos perceber que a escola exerce um papel na desconstrução dos estereótipos de gênero em relação aos preconceitos e discriminações; é

preciso que estas questões sejam contempladas nos documentos norteadores das instituições escolares, que são o Projeto Político Pedagógico da escola, no Regimento Escolar.

Esta investigação não esgotou o assunto, trouxe novos questionamentos, pois muito há para ser pesquisado; uma investigação relativa à organização dos conhecimentos científicos, pedagógicos e políticos, indispensáveis é primordial, no sentido da garantia de uma formação cidadã. Possuímos a pretensão de que este trabalho colabore de alguma forma com a prática pedagógica nas escolas, oferecendo subsídios para a superação de possíveis entraves na prática docente.

Espera-se que este estudo incentive mais pesquisadores na realização de trabalhos nas questões de gênero e sexualidade, conduzindo para o caminho da reflexão do tema e a sua aplicabilidade nas escolas, favorecendo os professores na superação das dificuldades na realização de um trabalho consistente, se questionando no que fazer caso algum aluno for vítima de preconceito dentro da escola.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 575, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf%3E%20>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ALTMANN, Helena. AYOUB, Eliana. GARCIA, Emília Fernandez Garcia. **Educação Física escolar e igualdade de gênero: um estudo transcultural – primeiras aproximações**. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais do XVI Conbrace – III Conice. Salvador: BA, 2009, p. 01-07. Disponível em: <www.congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2009/XVI/paper/viewFile/679/605>. Acesso em: 01 jun. 2016.

ARAÚJO, Emmanuel. **A Arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 45-77.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAEZ, J. **Políticas educativas, jóvenes y sexualidades en América Latina y el Caribe: las luchas feministas en la construcción de la agenda pública sobre educación sexual**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

BARROSO, Carmen, BRUSCHINI, Maria Cristina. **Educação sexual: debate aberto**. São Paulo: Vozes, 1982.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA, V. N. A. (org.). **Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo: Cortez ed., 1993.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARRARA, Sérgio; HELBORN, Maria Luiza. **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais**. Livro de Conteúdo: Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CATONNÉ, João Paulo. **A sexualidade ontem e hoje**. 2.ed. Trad. M. I. Koralek, São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, Maria Regina Ferreira da. SILVA, Rogério Goulart da. **A Educação Física e a co-educação: igualdade ou diferença?** In: Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54. 2002.

DARIDO, S.C. **Os conteúdos da Educação Física Escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. Perspectivas em Educação Física Escolar, Niterói, v.2, n.1 (suplemento), p. 5-25. 2001.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Editora UNESP, 1997.

DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/risco/>>. Acesso em: 04 ago. 2022

ECOS. **Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana**. Promover a educação sexual nas escolas. Disponível em: <www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

EGYPTO, Antonio Carlos (Org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. **Para além da irmandade**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/ UFRJ, v. 0, n. 0, p. 31-35. 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Editora paz e terra. São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

GDE: **Gênero e Diversidade na Escola**. Módulo 2, Gênero, Unidade 1, Texto 2: Gênero e outras formas de classificação social, Ministério da Educação, UFPA, 2009.

GIMONET, Jean-Claude. **Nascimento e Desenvolvimento de um Movimento Educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação**. In: Seminário Internacional Sobre Pedagogia da Alternância. Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. p.39-48. 1999.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, Isaura Rocha Figueiredo. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LGBT (org.). **Conheça os tipos de orientação sexual**. Disponível em: <www.lgbt.pt/conheca-os-tipos-de-orientacao-sexual/>. Acesso em: 16 maio 2017.

- LOURO, Guacira L. L. **Nas redes do conceito de gênero.** In: LOPES, Marta Júlia Marques, MEYER, Dagmar Estermann, WALDOW, Vera Regina (Org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 7-18. 1996.
- LOURO, Guacira L. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira L. L. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira L. L. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2 eds., Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.
- LOURO, Guacira L. L. **Um corpo estranho.** Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas: a deterioração da identidade social.** PUC-MG. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>. Acesso em 15 mai. 2022.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Mídiamic, 2001 Disponível em: <www.educabrazil.com.br/dcms-diretrizes-curriculares-nacionais>. Acesso em 17 de fev. 2015.
- MEYER, Dagmar E. **Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero.** In: SCHOLZE, Lia. (Org.). *Gênero, memória, docência*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2001.
- MEYER, Dagmar E. **Gênero e Educação: teoria e política.** In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane. Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NASCIMIENTO, Marla. Socorro do. **Sexualidades e currículo: quem tem medo dessa relação?** Revista de estudos brasileiros. Segundo semestre 2016. Volume 3, nº 5. Disponível em: <www.revistas.usp.br/reb/article/view/123035/119416>. Acesso em 10 jul. 2017.
- NUNES, César A. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar.** 1996. 330 p. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- NUNES, César. **Desvendando a sexualidade.** São Paulo: Papyrus, 1997.
- NUNES, César et. al. **A educação sexual da criança subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

NUNES; SILVA, E. **A educação sexual da criança**. Campinas, SP. Autores Associados. (Polêmicas do nosso tempo; 72), 2000.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. **A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais**. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL/ Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 81-96. 2002.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Diogo Onofre. **Falando com professores das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula**: a presença do discurso biológico. *Enseñanza de las Ciencias*, v. 21, p. 67-75. 2003.

RIBEIRO, Paulo Rene Marçal. **Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através do tempo**. In: MAIA, A.C.B.; MAIA, A.F. (orgs.). Sexualidade e Infância. Bauru: Cadernos CECEMCA, v.5. 2005.

ROSEMBERG, Fulvia. **Educação sexual na escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 53, p.11-9. 1985.

SAMPAIO, Simaia. **Educação sexual: para além dos tabus**. Revista ABC Educatio, 2005.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ. Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 206-7. 1977.

SAYÃO, Yara. **Orientação sexual na escola**: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, p. 107 - 118. 1997.

SCHARAGRODSKY, P. A. **Juntos pero no revueltos**: La Educación física mixta en clave de género. *Cuadernos de Pesquisa*, 34(121), 59-76. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a04n121.pdf>. Acesso 30 mar. 2017.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SECAD/MEC. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. CADERNOS SECAD. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília – DF. Organização: Ricardo Henriques, Maria Elisa Almeida Brandt, Rogério Diniz Junqueira, Adelaide Chamusca. 2007.

SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernando. **Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia**. *Pro-Posições*. vol. 21, n. 3 (63), p. 119-134. 2010.

STOLLER, R. J. **Masculinidade e feminilidade**: apresentação de gênero. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WEREBE, Maria Jose Garcia. **A implantação da educação sexual no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.26, p.21-7. 1978.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em 10 maio de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997a.**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 2/1998 de 07 de maio de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. MEC: Brasília – DF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 3/1998 de 26 de junho de 1998 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. MEC: Brasília – DF, 1998b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, 3º e 4º ciclos**, Brasília: MEC/ SEF, 1998c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.397, de 22 de março de 2005**. Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5397.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.390, de 08 de março de 2005**. Dispõe sobre a aprovação do Pano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres – CNCD. Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5397.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 4032/2005. 24 de novembro de 2005**. Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do Programa Brasil Sem Homofobia. Brasília, DF, 2005c. Disponível em:

<www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/portarias/portaria40322005.pdf> Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006a.

BRASIL. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006.** Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Senado Federal 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 928/2006 de 26 de maio de 2006,** que designa membros para a ação Brasil sem Homofobia. Brasília, DF, 2006c. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PARANÁ, Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Decreto 3106/94 de 18 de março de 1994.** Aprova o Programa Casa Familiar Rural, 1994.

PARANÁ. Ministério da Saúde. **Lei 11.733/1997 de 28 de maio de 1997,** sobre a implementação da campanha sobre a educação sexual. Brasília, DF, 1997a. Legislação Estadual. Disponível em <www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Estadual_Leis/Lei_Estadual_n_11_734_de_28_de_maiode_1997.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

PARANÁ. Ministério da Saúde – **Lei 11.734/1997 de 28 de maio de 1997.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de programas de informação e prevenção da AIDS para o ensino de 1º e 2º grau do Estado do Paraná. Brasília, DF, 1997b. Legislação Estadual. Disponível em <www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Estadual_Leis/Lei_Estadual_n_11_734_de_28_de_maiode_1997.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

PARANÁ. **Decreto 2228/2008 de 26 de fevereiro de 2008.** Publicado no Diário Oficial Nº 7667. Dispõe sobre a convocação para a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLB, 2008a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretoria de Políticas e Programas Educacionais.** Departamento da Diversidade. – Curitiba: SEED –PR. -Caderno Sexualidade, 2008b.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CP/CEE nº 01/09 de 08 de outubro de 2009.** Solicita normatização para a inclusão do nome “social” nos registros escolares do aluno. Curitiba, out. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da educação. Departamento da educação básica. **Diretrizes Curriculares de Gênero e diversidade sexual.** Curitiba, 2010.

PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Bom Jesus do Sul.** Bom Jesus do Sul/PR, 2012.

PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas-EFM.** Barracão/PR, 2012.